

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Shelly Borges de Souza

**PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO URBANA
DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA E DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

Taubaté – SP
2021

Shelly Borges de Souza

**PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO URBANA
DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA E DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Leônidas de Oliveira.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Marilsa de Sá Rodrigues.

**Taubaté – SP
2021**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S729p Souza, Shelly Borges de
Percepção de qualidade de vida da população urbana do Município de São Félix do Xingu/PA e desenvolvimento local / Shelly Borges de Souza -- Taubaté : 2021.
106 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental, 2021.

Orientação : Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira, Coorientação : Profa. Dra. Marisa de Sá Rodrigues, Departamento de Gestão e Negócios.

1. Gestão da qualidade total. 2. Desenvolvimento regional. 3. Indicadores sociais. I. Título.

CDD - 658.562

Shelly Borges de Souza

**PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO URBANA DO
MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Leônidas de Oliveira.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Marilsa de Sá Rodrigues.

Data: ___/___/___

Resultado: _____

Profa. Dra. Adriana Leonidas de Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Luís Sérgio Sardinha

Universidade Paulista

Assinatura _____

Dedico este trabalho à Deus, à minha mãe, Sheila Borges da Silva Souza, aos professores da UNITAU, sobretudo a minha orientadora Dra. Adriana Leônidas de Oliveira e a coorientadora Dra. Marilsa de Sá Rodrigues, e aos colegas de curso, que tornaram possível a conclusão do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter me guiado nessa trajetória e me permitido chegar até aqui, iluminando meus passos e ideias para a conclusão de mais esse projeto de vida.

Meus agradecimentos à minha família, em especial à minha mãe, Sheila Borges da Silva Souza, que me apoiou na decisão de cursar o mestrado e foi um verdadeiro suporte durante as viagens necessárias e também à minha irmã Maria Thaynara de Souza Moreira.

Agradeço à minha orientadora, Adriana Leônidas de Oliveira, e à coorientadora, Marilsa de Sá Rodrigues pelo conhecimento, disponibilidade, atenção e respeito, sem as quais não teria conseguido trilhar esse caminho.

À equipe do serviço notarial e registral de São Félix do Xingu, são meus agradecimentos pela ajuda e dedicação na aplicação dos instrumentos de qualidade de vida utilizados nesta pesquisa.

Por fim, agradeço aos colegas de curso, que tornaram mais leves os dias longe de casa, e o apoio mútuo para a conclusão deste trabalho, em especial à minha amiga Suelene Ferreira de Souza Barbosa.

RESUMO

O termo qualidade de vida apresenta significado polissêmico, podendo ser empregado de diversas formas, de acordo com o foco de uma pesquisa. No caso deste trabalho adotou-se, em relação ao termo, um enfoque geral, tendo por objetivo analisar como os moradores da zona urbana do Município de São Félix do Xingu/PA percebem sua qualidade de vida dentro da realidade em que estão inseridos, relacionando-a com os indicadores sociais disponíveis nos bancos de dados institucionais da FIRJAN, do IBGE, da FAPESPA e do PNUD. Os indicadores sociais analisados são socioculturais, econômicos e demográficos. Foi realizada uma pesquisa de campo, descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. O instrumento WHOQOL-bref foi aplicado a uma amostra de 246 pessoas, obtendo-se um escore com média geral de 14,83, aplicando-se também um questionário sociodemográfico para a identificação da amostra e um questionário complementar sobre qualidade de vida, baseado em material do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os resultados demonstraram que, de modo geral, a população percebe como boa sua qualidade de vida, embora o município apresente IDH baixo e IFDM regular. Os dados coletados revelam lacunas de desenvolvimento nas áreas de saúde, segurança, educação e emprego e renda, na medida em que se verificou que 35,4% da amostra não se encontra satisfeita com o serviço de saúde, grande parte não confia que receberá tratamento médico adequado para doenças graves e ainda 50% acreditam mais provável ser vítima de delito em local público do que em casa. Em 2019, o município não atingiu a meta projetada do IDEB. Quanto aos indicadores de emprego e renda, verificou-se divergência entre o PIB *per capita*, a elevada taxa da população que possui rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo e a baixa porcentagem de pessoas ocupadas. Diante disso, conclui-se que ainda se faz necessária a implantação de políticas públicas para a melhoria dessas áreas.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Qualidade de Vida. Indicadores Sociais.

ABSTRACT

The term quality of life has a polysemic meaning and can be used in different ways, depending on the focus of the research. In the case of this work we adopted, in relation to the term, a general approach, aiming to analyze how the residents of the urban area of São Félix do Xingu / PA perceive their quality of life within the reality in which they are inserted, relating to the social indicators available in institutional databases of FIRJAN, IBGE, FAPESPA and UNDP. The social indicators analyzed are: socio-cultural, economic and demographic. A descriptive field research was carried out, with a qualitative and quantitative approach. The WHOQOL-bref instrument was applied to a sample of 246 people, obtaining a score with a general average of 14.83, together with a sociodemographic questionnaire to identify it, also applying a complementary questionnaire on quality of life, based on the material of the study. UNDP - United Nations Development Program. The results showed that, in general, the population perceives their quality of life to be good, although the municipality has a low HDI and regular MFI. The data collected reveal development gaps in the areas of health, safety, education, employment and income, as it was found that 35.4% of the sample is not satisfied with the health service and a large part does not trust that they will receive medical treatment suitable for serious illnesses, and 50% more likely to be a victim of crime in a public place than at home. In 2019, the municipality did not reach the projected IDEB target, and yet, regarding employment and income indicators, there was a divergence between GDP per capita and the high rate of the population that has a nominal per capita monthly income of up to 1 / 2 minimum wage and the low percentage of employed persons. Therefore, it is concluded that it is still necessary to implement public policies to improve these areas.

Keywords: Planning. Regional development. Quality of life. Social Indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município.....	45
Figura 2: Área urbana do Município.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Leitos por Habitantes 2006-2015	53
Tabela 2 - Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2000-2007	54
Tabela 3 - Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2008-2014.	55
Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1970/1980/1991/2000	56
Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1991/2000/2010 – Nova Metodologia.....	57
Tabela 6 - Número de Crimes Contra a Pessoa, Patrimônio e Crimes Violentos 2007-2013.	57
Tabela 7 – Dados sociodemográficos	60
Tabela 8 - Situação econômica.....	61
Tabela 9 – Quantidade de filhos	62
Tabela 10 - Questões relacionadas a moradia	62
Tabela 11 - Domínios de qualidade de vida (0 a 20)	64
Tabela 12 - De uma escala de 0 a 10, onde o 0 significa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível.....	64
Tabela 13 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246).....	65
Tabela 14 - Tratamento farmacológico ou psicológico.....	65
Tabela 15 - Sistema de saúde	66
Tabela 16 – Possibilidade de acesso a tratamento psicológico.....	66
Tabela 17 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246).....	72
Tabela 18 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246).....	73
Tabela 19 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246).....	73
Tabela 20 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246).....	74
Tabela 21 - Situações de discriminação	75
Tabela 22 - Aspectos da moradia	76
Tabela 23 - Possibilidade de mudança	77

Tabela 24 - Probabilidade de ser vítima de roubo ou tentativa de roubo.....	78
Tabela 25 - Vítimas de delito nos últimos doze meses	78
Tabela 26 - Grau de dificuldade para encontrar trabalho.....	79
Tabela 27 - Estabilidade de mudança de emprego.....	79
Tabela 28 - Confiança no tratamento médico	80
Tabela 29 - Confiança nas organizações.....	81
Tabela 30 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246).....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - IFDM e Áreas de Desenvolvimento - São Félix do Xingu/PA.....	58
Gráfico 2 - Evolução anual do IFDM de São Félix do Xingu/PA	58
Gráfico 3 - Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde? ...	66
Gráfico 4 - O quanto você consegue se concentrar?	69
Gráfico 5 - Você é capaz de aceitar sua aparência física?	70
Gráfico 6 - Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?.....	70
Gráfico 7 - Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como: mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	18
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	20
2 REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E BEM-ESTAR HUMANO.....	22
2.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E LOCAL	26
2.3 QUALIDADE DE VIDA	30
2.4 INDICADORES SOCIAIS	37
3 MÉTODO	42
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	42
3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO	44
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	46
3.4 INSTRUMENTOS.....	47
3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS	49
3.6 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
4.1. DADOS DOCUMENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA52	
4.2 DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	59
4.2.1 Caracterização da Amostra	59
4.2.2 Dados referentes à qualidade de vida	63
4.2.2.1. Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio físico	64
4.2.2.2. Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio psicológico.	69
4.2.2.3. Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio social	72
4.2.2.4. Percepção da qualidade de vida relacionada ao meio ambiente.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A – Questionário Sociodemográfico	94

ANEXO A – Questionário complementar - QUESTÕES PNUD RESUMIDO ...	95
ANEXO B - WHOQOL-BREF	100
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	106

1 INTRODUÇÃO

O termo qualidade de vida apresenta múltiplos significados, podendo estar relacionado, segundo Minayo, Hartz e Buss (2010), com o modo, as condições e o estilo de vida ou, ainda, com o desenvolvimento sustentável e com a ecologia humana.

Esta pesquisa objetiva relacionar a qualidade de vida percebida pela população urbana do município de São Félix do Xingu/PA com o desenvolvimento local. Assim, buscou-se saber se a qualidade de vida percebida pelos moradores do município é compatível com os indicadores sociais apresentados, a fim de que se possa conhecer a realidade local e assim subsidiar futuros estudos e planejamentos de ações públicas e privadas, contribuindo para o desenvolvimento da localidade.

Os indicadores sociais podem ser definidos como os procedimentos estatísticos que objetivam quantificar o grau de bem-estar ou a qualidade de vida de uma população (SANDRONI, 1999).

Esses indicadores exercem um papel de relevância no desenho, na implementação e na avaliação de políticas públicas, uma vez que informarão ao gestor os dados relativos às suas ações governamentais nos diversos setores. Nesta perspectiva é que Jannuzzi (2005, p. 139) assegura que “os indicadores guardam, pois, relação direta com o objetivo programático original, na forma operacionalizada pelas ações e viabilizada pelos dados administrativos e pelas estatísticas públicas disponíveis”.

Os dados obtidos por meio dos indicadores, bem como a noção de qualidade de vida no contexto do desenvolvimento regional e local, são parâmetros importantes para se reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento social e humano.

Ao invés de focar apenas no desenvolvimento em nível nacional, com políticas públicas e decisões tomadas nas esferas federais e estaduais, que muitas vezes não atendem a realidade municipal, têm ganhado relevância os estudos sobre desenvolvimento regional e local, voltados para as necessidades de uma dada região e de sua população, partindo de um contexto macro para uma atuação local. Problemas e soluções aplicados para uma localidade não necessariamente funcionam para outra, devido às diversidades geográficas, históricas, culturais e econômicas. Daí a importância de estudos que revelem as especialidades de uma região ou cidade específica (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Pode-se perceber também que qualidade de vida e desenvolvimento se encontram relacionados, impactando-se mutuamente, uma vez que a melhora de um índice favorece ambos. Assim, faz-se importante integrar os dados estatísticos com a percepção da população, a fim de se aproximar da realidade local e conhecer as perspectivas e os anseios dos munícipes.

O Município de São Félix do Xingu, situado no sudeste paraense, sendo o sexto maior município do país, foi o campo de estudo desta pesquisa (IBGE, 2019).

Partindo-se dos dados consolidados pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e pelo Índice de Desenvolvimento Humano do IBGE, e ainda com a utilização de outros indicadores sociais, como os trazidos pela FAPESPA, sendo que os dados coletados abrangem o período entre 2010 e 2020, utilizando-se aqueles mais recentes disponíveis em cada uma das instituições, procurou-se conhecer, para além dos números fornecidos por essas instituições, a dimensão fenomênica da percepção dos moradores da zona urbana do município sobre sua realidade e sobre a qualidade de vida no contexto existencial do município de São Félix do Xingu/PA, confrontando-a com os dados obtidos e discutindo-se os achados à luz da pesquisa teórica, a fim de relacionar a percepção da qualidade de vida com o desenvolvimento local.

1.1 PROBLEMA

A viabilização do bem estar-social e de medidas que visam a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil, por meio de políticas públicas de desenvolvimento local, constitui-se em preocupação permanente dos Poderes do Estado brasileiro, em especial do Poder Executivo.

Por esse motivo, são realizadas pesquisas periódicas e cada vez mais específicas, voltadas a uma compreensão ampla e profunda da realidade socioeconômica, cultural e política das comunidades locais, bem como à verificação

da percepção da qualidade de vida que o indivíduo tem no lócus de maior amplitude de suas práticas sociais e existenciais, os municípios.

Tal contexto fenomênico, ao buscar o conhecimento quantitativo dos indicadores sociais, parametrizados e distintos quando se comparam os Institutos de Pesquisa Estatística e Desenvolvimento, tais como IBGE, FIRJAN e FAPESPA, faz emergir um problema que exige uma resposta para além da objetividade dos números e que se centra num vetor de natureza subjetiva: a percepção individualizada de uma determinada condição de existência, aqui identificada especificamente como a qualidade de vida num espaço específico.

Assim, desponta como problema central e norteador desta pesquisa a seguinte questão: Qual a relação entre a percepção da qualidade de vida, extraída de uma amostra da população urbana do município de São Félix do Xingu/PA, e os indicadores sociais que parametrizam os dados estatísticos e de desenvolvimento desse município, apresentados pelos Institutos de pesquisa estatística de desenvolvimento municipal/local da FIRJAN, do IBGE, da FAPESPA e do PNUD?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo geral compreender a possível relação existente entre a percepção da qualidade de vida da população urbana do Município de São Félix do Xingu/PA e os indicadores sociais que parametrizam as pesquisas estatísticas e de desenvolvimento municipal/local realizadas por FIRJAN, FAPESPA, IBGE e PNUD.

1.2.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos desta pesquisa:

- a) elencar os indicadores sociais e de desenvolvimento local referentes ao Município de São Félix do Xingu/PA;
- b) analisar a percepção da qualidade de vida dos munícipes residentes na zona urbana em relação aos seguintes domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio-ambiente;
- c) relacionar a percepção da qualidade de vida dos moradores da área urbana com os indicadores sociais.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Neste trabalho pretende-se analisar se a qualidade de vida percebida pelos moradores urbanos do município está alinhada com os indicadores sociais apresentados, delimitando-o ao Município de São Félix do Xingu/PA.

Foram utilizados os dados do IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal) constantes do *site* da FIRJAN, os dados de Estatística Municipal constantes do *site* da FAPESPA, do *site* do IBGE e do *site* do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), referentes às pesquisas desenvolvidas e apresentadas entre 2010 e 2020, sendo este o recorte temporal dos indicadores e dos dados utilizados.

Importante ressaltar que não é intuito desta pesquisa julgar gestões públicas sobre a destinação e a aplicação de recursos públicos, mas sim analisar os dados estatísticos levantados, confrontando-os com a percepção da população urbana do município de São Félix do Xingu/PA.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O estudo da qualidade de vida tem sido desenvolvido por profissionais de diversas áreas, sobretudo no campo da saúde (MARINHO *et al.*, 2018; MINAYO *et al.*, 2000; MORETTIN *et al.*, 2013; PEREIRA-CALDEIRA *et al.*, 2019), embora não se limitando a apenas este.

Neste trabalho foi adotado um enfoque geral, utilizando-se para a investigação os instrumentos apresentados no Apêndice A – Questionário Sociodemográfico; Anexo A - Questionário complementar - QUESTÕES PNUD RESUMIDO e Anexo B – WHOQOL-bref – Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida.

Ressalte-se a importância de espaços para a discussão sobre qualidade de vida, uma vez que o indivíduo está sendo valorizado cada vez mais em sua existência, com ênfase no seu bem-estar, sendo o estudo da qualidade de vida importante para a avaliação de sua integridade física e mental, bem como para situá-lo no campo do desenvolvimento regional, uma vez que a promoção de políticas públicas efetivas melhora o desenvolvimento humano e social e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

A importância da discussão sobre o tema pode ser notada no emprego da ferramenta de busca Google Acadêmico.

O uso dessa ferramenta permitiu aferir que, sem um paradigma temporal, sobre o tema desenvolvimento local foram encontrados 87.900 resultados. Ao filtrar com outro parâmetro desta pesquisa, qual seja, “qualidade de vida”, o número de trabalhos a respeito diminuiu para 33.000 resultados. Ao correlacionar esses dois pontos com o período em que se está desenvolvendo o trabalho, ou seja, de 2019 até dezembro de 2020, o número foi reduzido para 5.480. Ao se fazer o recorte com os instrumentos de pesquisa, verificou-se que aproximadamente 30 trabalhos utilizaram o WHOQOL, e afinando para aqueles que também se utilizaram do instrumento do PNUD, obteve-se 4 resultados.

Evidencia-se, portanto, o grande espaço para a implementação do debate sobre o tema, sendo relevante que esse debate tenha lugar na academia.

Dessa forma, este estudo justifica-se pela possibilidade de se conhecer o nível de satisfação da população urbana do Município de São Félix do Xingu/PA, sob a ótica da qualidade de vida e do desenvolvimento humano, a fim de se possibilitar uma maior compreensão da relação entre os dados obtidos a partir das instituições mencionadas anteriormente e a percepção da qualidade de vida dos munícipes, viabilizando, com isso, um maior conhecimento dos seus interesses e necessidades.

Justifica-se ainda a relevância temática em razão do processo de globalização e das múltiplas relações que envolvem os impactos do desenvolvimento

local/regional/global pelo qual todos os municípios têm passado, independentemente de seu tamanho, refletindo em maiores facilidades e/ou dificuldades para os cidadãos.

Deste modo, com esta pesquisa, espera-se instrumentalizar o poder público, bem como a iniciativa privada, com informações que possam ser utilizadas como subsídio para o planejamento e a execução de políticas públicas, a implantação de infraestrutura e o estímulo a novos empreendimentos necessários ao desenvolvimento local.

Também se almeja que este estudo possa auxiliar a comunidade acadêmica no enfrentamento da questão, podendo este ser replicado em estudos com outras populações.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta dissertação foi desenvolvida em cinco seções, as quais são divididas em subseções.

Na Introdução, composta pelas subseções Problema, Objetivos (Geral e Específicos), Delimitação do Estudo e Relevância do Estudo, apresenta-se o trabalho, assim como a problematização do tema, elencando-se os objetivos necessários para o desenvolvimento da pesquisa e a obtenção dos resultados. Delimita-se o foco e discorre-se sobre a relevância do assunto.

Na seção 2 encontra-se a Revisão de Literatura, em que se abordaram as teorias sobre direitos fundamentais e bem-estar humano, desenvolvimento humano, social e local, qualidade de vida e indicadores sociais, trazendo-se definições e panoramas informativos sobre a temática, a fim de subsidiar as discussões e fundamentar os resultados obtidos.

O Método da Pesquisa está descrito na seção 3, que aborda o tipo de pesquisa, a área de realização, a caracterização da população e da amostra, os instrumentos utilizados e os procedimentos para a coleta e a análise de dados.

Na seção 4 estão apresentados os resultados e as discussões dos dados, obtidos por intermédio da catalogação dos dados estatísticos e das respostas obtidas

após a aplicação dos instrumentos de pesquisa, disponibilizados no Apêndice A e Anexos A e B.

Concluindo, apresentam-se as Considerações Finais sobre os resultados e discussões e são elencadas as Referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O processo de compreensão da sociedade contemporânea, em sua dimensão local, regional e global, tem sido realizado a partir de múltiplos fatores objetivos e subjetivos, estabelecidos por meio de processos complexos de análise científica das mais diversas áreas, das Humanidades às Exatas. Isso leva os pesquisadores da área de desenvolvimento regional a uma imersão num conhecimento interdisciplinar cada vez mais profundo, que possibilita compreender a realidade dos fenômenos sociais, assim como ter subsídios para atuar sobre ela.

A pesquisa científica necessita passar por etapas ordenadas para ser considerada válida e para que possa chegar a um resultado verdadeiro. Uma dessas etapas é a revisão da literatura, que consiste na fundamentação teórica adotada para embasar cientificamente a pesquisa, a fim de se responder o problema proposto (MORESI, 2003).

Esta seção resultou da catalogação e da análise de material publicado sobre o tema, realizando-se a estruturação conceitual que deu sustentação ao desenvolvimento da pesquisa. Foram revisados conceitos da área do Direito, Economia e Ciências Sociais, para que a resposta ao problema seja justificada pela teorização.

2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E BEM-ESTAR HUMANO

As declarações de direitos assumiram inicialmente a forma de proclamações solenes. Depois passaram a constituir o preâmbulo das constituições. Atualmente, nos ordenamentos nacionais, integram as constituições na forma de normas jurídicas positivas constitucionais, constituindo-se em direito particular de cada povo, com consequência jurídica e prática relevante (SILVA, 2011, p.175).

Os direitos fundamentais do homem, além de serem princípios, constituem prerrogativas e instituições que o direito positivo concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. São fundamentais porque sem

eles a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; além disso, não basta serem formalmente reconhecidos, devem ser concreta e materialmente efetivados a todos (SILVA, 2011, p.178).

Quanto às características desses direitos, Silva (2011, p. 181) reconhece as seguintes: a) historicidade, no sentido de que apareceram com a revolução burguesa e evoluíram e se ampliaram com o decorrer do tempo; b) inalienabilidade, pois são direitos intransferíveis, inegociáveis, por não serem de conteúdo econômico-patrimonial; c) imprescritibilidade, no sentido de que nunca deixam de serem exigíveis, são sempre exercidos e exercíveis; d) irrenunciabilidade, não se admite que sejam renunciados.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 939-7/DF, manifestou que os direitos e garantias fundamentais vão além do disposto no Artigo 5º da Constituição Federal, sendo encontrados por todo o texto constitucional, seja de forma expressa, seja por meio da exegese dos princípios, bem como decorrentes de tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja signatário (LENZA, 2016).

Canotilho (1993, p. 531) afirma que os direitos fundamentais desempenham

a função de direitos de defesa dos cidadãos sob uma dupla perspectiva: (1) constituem, num plano jurídico-objectivo, normas de competência negativa para os poderes públicos, proibindo fundamentalmente as ingerências destes na esfera jurídica individual; (2) implicam, num plano jurídico-subjectivo, o poder de exercer positivamente direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos, de forma a evitar agressões lesivas por parte dos mesmos (liberdade negativa).

Os direitos fundamentais passaram por uma evolução ao longo do tempo. Em um primeiro momento, visaram o respeito às liberdades individuais, sendo denominados de direitos fundamentais ou direitos humanos de primeira dimensão, movidos pelos ideais da Revolução Francesa, quais sejam, liberdade, igualdade e fraternidade (LENZA, 2016).

Com a Revolução Industrial, a partir do século XIX, foram inspirados os direitos de segunda dimensão, evidenciando-se os direitos sociais, culturais, econômicos e coletivos (LENZA, 2016).

A globalização e as profundas transformações da sociedade impulsionaram os direitos de terceira dimensão, transindividuais, atinentes à proteção da espécie humana, como por exemplo, o direito ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Atualmente pensa-se até em direitos de quarta e quinta dimensões, concernentes à universalização institucional dos direitos sociais e à paz (LENZA, 2016).

Nesse sentido, tem-se discutido o direito à felicidade, assim considerada como um direito social. Ainda que não esteja expressamente positivado no texto da Carta Política de 1988, trata-se de norma materialmente constitucional, havendo, inclusive, dois Projetos de Emenda à Constituição – PECs n.º 513/2010-CD e 12/2010-SF, que buscam o aprimoramento do Artigo 6º da CF, pois como observa Maria Berenice Dias (2011), constitui dever do Estado promover o bem de todos, garantindo-se o respeito à dignidade.

Dias (2011, p. 203) afirma que “não dá para ser feliz quem não tem os mínimos direitos garantidos, como o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho e à moradia”, podendo-se citar ainda o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Importante destacar que já existem indicadores que visam medir a felicidade da população. O FIB – Felicidade Interna Bruta, desenvolvido em 1972, no Butão, estrutura-se em nove dimensões: 1. Bem-estar psicológico; 2. Saúde; 3. Uso do tempo; 4. Vitalidade comunitária; 5. Educação; 6. Acesso à cultura; 7. Meio Ambiente; 8. Governança; e 9. Padrão de Vida (RIBEIRO NETO; GOMES, 2013). Pode-se citar também o *Global Well Being Index* e o Índice do Planeta Feliz (*Happy Planet Index – HPI*). O primeiro, de 2014, composto por 10 perguntas, sendo duas para cada área, para serem respondidas de 1 a 5, sendo que 1 significa “discordo completamente” e 5 “concordo completamente”, e o segundo, criado em 2006, composto por três indicadores, quais sejam: expectativa de vida, experiência de bem-estar e pegada ecológica (OLIVEIRA *et al.*, 2016).

No entanto, referidos índices ainda não são amplamente utilizados e não figuram como parâmetros oficiais nas métricas dos órgãos internacionais, como assim o são o PIB e o IDH, mas não se pode negar a importância do seu desenvolvimento como forma de auxiliar tanto os pesquisadores, quanto os gestores, na melhora dos índices sociais.

Convém mencionar ainda que não se trata de se averiguar a felicidade subjetiva, ou seja, aquela percebida pelo sujeito como sentimento individual, mas o aspecto objetivo da felicidade, isto é, a efetivação dos direitos sociais, o que levaria a um estado de felicidade coletiva (LENZA, 2016).

Percebe-se dessa forma uma crescente preocupação com o bem-estar físico, mental e social das pessoas e, conseqüentemente, com sua qualidade de vida para o seu pleno desenvolvimento, situação refletida na legislação, bem como na gestão das políticas públicas que demandam o levantamento periódico de dados estatísticos, pautados em indicadores sociais e de desenvolvimento, que reflitam o mais fidedignamente possível a realidade socioeconômica e cultural no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

Nas palavras de Sachs (2009, p. 47), “desenvolvimento e direitos humanos alcançaram proeminência na metade do século, com duas ideias-forças destinadas a exorcizar as lembranças da Segunda Guerra Mundial, fornecer os fundamentos para o sistema das Nações Unidas e impulsionar os processos de descolonização”. Após a explosão da bomba atômica em Hiroshima, percebeu-se o elevado poder científico e os proeminentes avanços tecnológicos alcançados, e se passou a refletir sobre a finitude da espécie, inclusive sobre as questões ambientais e os impactos negativos do uso irresponsável dos elementos naturais (SACHS, 2009).

Nesse cenário, surge uma preocupação com a relação desenvolvimento e meio ambiente, já que ao mesmo tempo em que não se pode frear o desenvolvimento das nações, especialmente das mais pobres, sob pena de se aumentar ainda mais as desigualdades sociais, também não se pode descuidar da preservação do meio ambiente, com vistas no bem-estar da atual e das futuras gerações e, por assim dizer, de toda a vida na Terra, evitando-se eventos catastróficos (SACHS, 2009).

Sachs (2009, p. 53) afirma que o aproveitamento da natureza e de seus recursos deve ser feito de modo sustentável em benefício das populações locais, despertando nestas o interesse e a preocupação pela conservação e adequado aproveitamento, para que alcancem desenvolvimento com a adoção de padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade.

Diante desse panorama, o Direito, criado para regulamentar a sociedade, um pacto social para o desenvolvimento da vida civilizada, também é visto como fomentador e garantidor das relações humanas e ao mesmo tempo instrumento e agente do desenvolvimento, não se podendo olvidar de que esse contrato social deve ser complementado por um contrato natural, tratando-se o desenvolvimento como uma apropriação de todos os direitos e a satisfação das necessidades humanas (SACHS, 2009).

Ademais, pode-se verificar que o surgimento de organismos internacionais, com a consequente assunção de compromissos pactos e tratados, mormente após a Segunda Guerra Mundial, trouxe avanços para o respeito à dignidade humana, devendo-se considerar ainda os efeitos do princípio da proibição ao retrocesso, ou “efeito *clique*”, em que, mesmo diante de recessões, não se devem reverter os direitos fundamentais já conquistados (LENZA, 2016).

Trata-se de grande avanço no arcabouço jurídico pátrio e internacional, com a preservação dos direitos já adquiridos e a garantia de que estes somente poderão ser ampliados, e não regredidos.

2.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E LOCAL

Desenvolvimento é um conceito que vem sendo construído com base em três visões que devem se relacionar de forma simultânea: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental (SANTOS *et al*, 2012).

Sandroni (1999) define desenvolvimento econômico como o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações estruturais na economia. Já o crescimento econômico, para o autor, é o aumento da capacidade produtiva da economia, definindo-se basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*.

A concepção de desenvolvimento como crescimento econômico e do Produto Nacional Bruto, aumento de renda pessoal, industrialização, avanço tecnológico e modernização, não deve prevalecer isoladamente na sociedade (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Para Martins (2002, p. 52) a promoção do desenvolvimento com desrespeito e desconsideração às diferenças culturais e à existência de outros valores e concepções carregam o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades.

Segundo Vieira (2009), o crescimento econômico mostra uma variação na taxa de crescimento do PIB, enquanto o desenvolvimento representa a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos. O autor ressalta ainda que essa melhoria deve ser considerada dentro de fatores específicos de cada sociedade, levando-se em conta aspectos sociais, culturais e psicológicos.

Nesse contexto, pode-se empregar o termo produtividade social, que significa como os bens e serviços são distribuídos a uma determinada população e como isso impacta a qualidade de vida dessas pessoas; portanto, não é somente a acumulação de riquezas, considerada por si só, que mede o desenvolvimento de uma dada sociedade, mas a forma como estas são distribuídas e usadas para a implementação do bem estar social.

Os debates acerca do desenvolvimento sustentável revelam a preocupação da sociedade com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis a sobrevivência da humanidade. Dessa forma, surge a preocupação relacionada aos impactos que o processo de crescimento gera na qualidade de vida das pessoas (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Assim, a concepção de desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria da qualidade de vida, ou seja, deve considerar a alocação de recursos por diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico-social, tais como pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, serviços públicos, alimentação, moradia e educação (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Para Sen (2010, p. 29), o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Dessa forma, o crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Portanto, a riqueza não é um fim em si mesma, mas é desejável na medida em que nos permite desfrutar das liberdades que ela nos ajuda a obter.

Na concepção de Sen (2010), as liberdades seriam não somente um fim que se busca com o desenvolvimento, mas, também, constituiriam um meio (as liberdades instrumentais) que contribui para promover o crescimento e o desenvolvimento.

A perspectiva de desenvolvimento baseada na liberdade, segundo Sen (2010, p. 40), apresenta uma semelhança genérica com a preocupação com a qualidade de

vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem e não somente nos recursos ou renda que elas detêm. Esse enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas, e não apenas na renda e na riqueza, pode parecer um afastamento das tradições estabelecidas na economia, mas, em verdade, está sintonizado com as linhas de análise da economia profissional, a exemplo da análise de Adam Smith sobre as necessidades e as condições de vida, como defende Sen (2010, p. 41).

Vieira e Santos (2012, p. 346) esclarecem que a incorporação de métodos e pesquisas relativos à pesquisa histórica demonstram que aspectos não econômicos levam ao desenvolvimento econômico regional, especialmente as práticas culturais regionais e locais. Assim, a cultura, que é definida por questões institucionais e sociais, e os fatores considerados essenciais para a melhoria de vida em uma região específica, podem não impactar da mesma forma em outra região.

Vale destacar as dimensões geográficas brasileiras, que em sua grandeza trazem também diferenças culturais, econômicas e sociais gritantes de região para região. E, apesar dos esforços da criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizado em 2007, que visava a união dos agentes nacionais para descentralizar investimentos, além de criar um canal de cooperação e coordenação entre os mesmos, fato é que não contou com instrumentos hábeis para sua execução (do ponto de vista orçamentário, organizacional e institucional) (MACEDO; PORTO, 2018).

Isso gerou duas consequências que podem ser observadas na aferição do desenvolvimento local das microrregiões do país. A primeira foi de que o PNDR permaneceu com baixa relevância na agenda governamental, tornando um instrumento de baixa efetividade e influência na dinâmica do desenvolvimento local e nacional. Outra consequência foi a permanência de investimentos heterogêneos, permanecendo a concentração de investimentos em áreas já com maior infraestrutura (econômica e social) ou locais com recursos naturais estratégicos para o país (MACEDO; PORTO, 2018).

Sendo assim, verifica-se a importância de compreender a noção de desenvolvimento local, partindo de um âmbito mais humano, no sentido de considerar a pessoa como sujeito agente e beneficiário do desenvolvimento. A compreensão do desenvolvimento local se apresenta em um contexto distinto daquele associado ao

progresso material, pessoal e ilimitado e se concebe como produto da iniciativa compartilhada dos sujeitos de uma localidade (participação comunitária) que assumem o desafio de enfrentar os problemas básicos e alcançar níveis elementares e autorreferenciados de qualidade de vida (MARTINS, 2002, p. 51).

Certamente que em torno da noção de desenvolvimento local encontra-se implícita a questão da escala territorial. A compreensão de uma escala local permite uma maior eficácia das ações e melhor acompanhamento dos resultados. Isso porque, sobre essa base territorial, encontra-se construída uma identidade, uma aproximação de pessoas que se apoiam na solidariedade e se envolvem na superação dos problemas e na promoção do desenvolvimento endógeno (MARTINS, 2002, p. 54).

Para Martins (2002, p. 51)

mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e autorreferenciados de qualidade de vida na comunidade.

Desse modo, infere-se que o desenvolvimento local, isso é, o desenvolvimento de uma determinada região específica, impacta na qualidade de vida da população envolvida, uma vez que proporciona melhores condições de renda, de vida e de liberdade a essa comunidade, estando intimamente ligado ao desenvolvimento humano.

Ressalte-se que o desenvolvimento local se relaciona a variáveis endógenas e exógenas. As variáveis exógenas caracterizam-se por uma força externa a impulsionar o processo de desenvolvimento, influenciando as demais atividades econômicas (OLIVEIRA; SOUZA LIMA, 2003).

Os elementos endógenos correlacionam-se às dinâmicas locais, incluindo fatores relacionados à cultura local, contribuindo para o desenvolvimento de cada região de forma única (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Barquero (1999 *apud* ALBAGLI *et al.*, 2004, p. 11) comenta que:

[...] cada local ou região dispõe assim de diferentes combinações de características e bens coletivos – físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais – que influenciam sua capacidade de produzir conhecimento, de aprender e de inovar. E, no sistema de relações que configuram o ambiente local, a dimensão cognitiva dos atores – expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de

aprendizado e inovação – é determinante de sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local.

Assim, pode-se pensar nas características da região e no desenvolvimento de ações, investimentos e políticas públicas específicas para uma dada localidade como estratégia para a melhoria de seus indicadores sociais e para a transformação da realidade local, uma vez que não é apenas o crescimento econômico capitaneado pelo incremento do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento da receita do ente, que desencadeará o desenvolvimento local, mas investimentos em setores como educação e cultura, saúde e meio ambiente, geração de renda, que irão impactar positivamente na vida das pessoas, permitindo que usufruam desses recursos convertidos em bem-social.

Nessa linha, pode-se refletir em como a condução das políticas públicas de determinada região ou localidade influencia no seu desenvolvimento e, por conseguinte, no bem estar da população envolvida.

Verifica-se, portanto, que os conceitos de desenvolvimento estão intimamente ligados à melhoria da qualidade de vida e ao consequente bem-estar social, físico e psicológico do indivíduo, adotando-se nesta pesquisa a teoria de Amartya Sen (2010) sobre desenvolvimento como liberdade, relacionando-se com qualidade de vida.

2.3 QUALIDADE DE VIDA

Qualidade de vida é uma expressão que recebe múltiplas definições. De forma mais recorrente, é utilizada para tratar do bem-estar humano. Em termos etimológicos, qualidade deriva do latim “qualis”, que significa o modo de ser característico de alguma coisa considerada em si mesma ou relativa a outro grupo, podendo abranger características positivas ou negativas. Contudo, quando se destaca a expressão qualidade de vida, há um direcionamento para as características positivas.

Segundo Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 241), a falta de consenso conceitual para qualidade de vida é marcante, de forma que suas definições na literatura especializada se apresentam tanto de forma global, indicando a satisfação geral com a vida, como divididas em componentes como saúde, felicidade, satisfação

peçoal, trabalho e estilo de vida, que em conjunto com outros itens indicam uma aproximação com o conceito geral utilizado para o termo.

Diante dessa diversidade conceitual, Day e Jankey (1996 *apud* PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 242) classificam as análises sobre qualidade de vida segundo quatro abordagens: econômica, psicológica, biomédica e geral ou holística.

Nessa mesma linha, Sosnowski *et al* (2017) expõem que a qualidade de vida pode ser interpretada como um índice estatístico baseado em múltiplos parâmetros - econômicos, biológicos e relacionados à saúde e ao ambiente - associado às condições de vida individuais ou coletivas. Compreendendo, assim, um estado de saúde, em um prisma micro individual/subjetivista da sua própria condição de saúde das pessoas como indivíduos, como também por um prisma macro coletivo/objetivo determinado por seus sinais e sintomas convertidos em estatísticas, e também a percepção subjetiva do indivíduo acerca da sua condição de saúde.

A abordagem socioeconômica utiliza os indicadores sociais como principais elementos, focalizando apenas fatores externos determinantes da qualidade de vida em larga escala, como instrução, renda e moradia (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 242).

A abordagem psicológica se fundamenta em indicadores que verificam as reações subjetivas de uma pessoa às suas vivências, a partir da experiência direta da pessoa cuja qualidade de vida é analisada, e revela como as pessoas percebem suas vidas, sua felicidade e sua satisfação, sem considerar o contexto ambiental (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 242).

As abordagens médicas se centram na oferta de melhores condições de vida aos enfermos, tendo por base a cura e a sobrevivência das pessoas, buscando evitar intervenções médicas com efeitos colaterais desagradáveis, bem como tratamento e internações que gerem sofrimento desnecessário (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 243).

As abordagens gerais ou holísticas estão fundadas sobre a base segundo a qual o conceito de qualidade de vida é multidimensional, apresenta organização complexa de seus componentes e difere de pessoa para pessoa, segundo seu ambiente e contexto (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 243), sendo esta a abordagem adotada no presente trabalho, haja vista ser a que melhor se amolda ao objeto da pesquisa.

Minayo, Hartz e Buss (2000, p.8) também consideram que a qualidade de vida é uma noção polissêmica, sendo associada a diversos aspectos da vida, tanto no plano individual como social:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p.8).

Em virtude da relatividade da noção de qualidade de vida, também se deve considerar três âmbitos de referência (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 9): a) o âmbito histórico, visto que uma sociedade específica em determinado tempo de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico tem um parâmetro de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outra etapa histórica; b) o âmbito cultural, em que valores e necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente entre os povos, de acordo com suas tradições; c) o âmbito das estratificações ou classes sociais, segundo o qual nas sociedades que apresentam desigualdade e heterogeneidade evidentes, os padrões e concepções de bem-estar também são estratificados, de forma que a ideia de qualidade de vida é relacionada ao bem-estar de camadas superiores e à passagem de uma classe para outra.

Dessa forma, a depender da área de interesse, cultura e classe social, o conceito é considerado como sinônimo de diversos elementos: saúde, felicidade e satisfação pessoal, condições de vida, trabalho, estilo de vida, uso de tecnologias, acesso a determinadas comodidades, segurança e liberdade de expressão, dentre outros.

Nesse sentido, é possível verificar uma conjunção com a noção de garantia de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, pois estes, essencialmente, se direcionam a conferir uma vida digna às pessoas, com satisfação de suas necessidades de liberdade, alimentação, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer, dentre outras.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), buscando uma abordagem geral, considera que a qualidade de vida reflete a percepção do indivíduo de que suas

necessidades estão sendo satisfeitas ou lhe estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização, independentemente de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas (OMS, 1998).

Sen (2010, p. 40), que apresenta a noção de desenvolvimento centrada na liberdade, considera que a concepção de qualidade de vida está centrada no modo como as pessoas vivem, e não apenas nos recursos ou renda que elas dispõem. Sendo assim, Sen (2010, p. 105) define qualidade de vida a partir de dois conceitos: capacidade (*capability*), que representa as possíveis combinações de funcionamentos que uma pessoa está apta a fazer ou a ser, e funcionamentos (*functionings*), que representam as realizações de uma pessoa – o conjunto do que ela faz ou é. A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas como as oportunidades efetivas que estes disponibilizam às pessoas (HERCULANO, 1998).

A complexidade e a subjetividade da definição da qualidade de vida a tornam uma temática de difícil compreensão, que necessita de algumas delimitações que possibilitem o desenvolvimento operacional de análises científicas (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 241). Sendo assim, o desenvolvimento de instrumentos de avaliação que considerem determinados indicadores sociais e a relatividade das diferentes culturas é uma metodologia utilizada para promover uma análise científica acerca da qualidade de vida em grandes grupos.

Na década de 1990, a Organização Mundial da Saúde reuniu especialistas sobre saúde e qualidade de vida de diversas regiões do mundo para formar um grupo de estudos (Grupo WHOQOL), com a finalidade de aumentar o conhecimento científico da área e de desenvolver instrumentos de avaliação da qualidade de vida dentro de uma perspectiva transcultural (GORDIA *et al.*, 2011, p. 42).

O Grupo de Qualidade de Vida (Grupo WHOQOL), sob a coordenação de John Orley (FLECK, 2000, p. 34), apresentou a definição de qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1995).

Fleck (2000) descreve qual a metodologia adotada na construção do método WHOQOL:

Desta forma, vários centros com culturas diversas participaram da operacionalização dos domínios de avaliação de qualidade de vida, da redação e seleção de questões, da derivação da escala de respostas e do teste de campo nos países envolvidos nesta etapa. Com esta abordagem foi possível equacionar as dificuldades referentes à padronização, equivalência e tradução à medida que se desenvolvia o instrumento. Para garantir que a colaboração fosse genuinamente internacional, os centros foram selecionados de forma a incluir países com diferenças no nível de industrialização, disponibilidade de serviços de saúde, importância da família e religião dominante, entre outros (FLECK, 2000, p.34).

O método WHOQOL visa sintetizar a complexidade da noção de qualidade de vida e sua relatividade diante de diferentes culturas e realidades sociais.

O Grupo WHOQOL desenvolveu um instrumento de avaliação de qualidade de vida com 100 questões – o WHOQOL-100, que avalia seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade/crenças sociais. Esses domínios são divididos em 24 facetas. O domínio físico é dividido em três facetas: dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso. O domínio psicológico é dividido em cinco facetas: sentimentos positivos; pensar, aprender, memória e concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos. O domínio nível de independência é dividido em quatro facetas: mobilidade; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho. O domínio das relações sociais é dividido em três facetas: relações pessoais; suporte (apoio) social; atividade sexual. O domínio meio ambiente é dividido em oito facetas: segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais; disponibilidade e qualidade; oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação em, e oportunidade de recreação/lazer; ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/crenças pessoais); transporte. O domínio aspectos espirituais/religião apresenta apenas uma faceta: espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais (FLECK, 2000, p. 35).

Também foi desenvolvida uma versão abreviada, o WHOQOL-bref, diante da necessidade de um instrumento que demandasse pouco tempo para preenchimento e preservasse características psicométricas satisfatórias. O WHOQOL-bref conta com 26 questões, sendo duas gerais sobre qualidade de vida e as vinte e quatro que compõem o instrumento original são distribuídas por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. O domínio físico é dividido em seis facetas: dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho. O

domínio psicológico é dividido em seis facetas: sentimentos positivos; pensar, aprender, memória e concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos; espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. O domínio das relações sociais é dividido em três facetas: relações pessoais; suporte (apoio) social; atividade sexual. O domínio meio ambiente é dividido em oito facetas: segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais; disponibilidade e qualidade; oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação em, e oportunidades de recreação/lazer; ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/crenças pessoais); transporte (FLECK, 2000, p. 36).

Muito embora a definição apresentada pela OMS, cujo instrumento de avaliação inter-relaciona o meio ambiente com aspectos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais, seja considerada bem ampla, não é possível estabelecer um significado que se aplique em âmbito global. Isso porque a noção de qualidade de vida pode ser considerada uma construção cultural, local, que precisa ser revisada frequentemente, discutida e transformada de acordo com o avanço do conhecimento e da sociedade (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Assim, é importante que, ao se investigar por exemplo os fatores relevantes na percepção de pessoas ou grupos para ter boa qualidade de vida, exista uma reflexão acerca das formas pelas quais esses fatores se tornaram relevantes, considerando-se aspectos históricos, socioculturais, psíquicos, do ambiente e da inserção no mundo do trabalho (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Para avaliar o grau de desenvolvimento econômico conjugado com a qualidade de vida em grandes populações, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - é uma das formas mais tradicionais, embora represente um indicador sintético, formado por uma média aritmética de indicadores relacionados a aspectos sociais e culturais como saúde, educação e renda. Trata-se de um índice criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen (PNUD, 2020), e reflete a tese defendida por Sen (2010) de que não é somente a acumulação de riquezas, considerada por si só, que mede o desenvolvimento de uma dada sociedade, mas a forma como estas são distribuídas e usadas para a implementação do bem-estar social, ou seja, o foco é transferido do crescimento econômico para o desenvolvimento humano.

O IDH, embora simplifique a noção de qualidade de vida, relacionada a três aspectos (renda, saúde e educação), representa uma mudança de perspectiva de avaliação do desenvolvimento, pois ao invés de avaliar o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou rendas que pode gerar, enfoca diretamente as pessoas, suas oportunidades e capacidades, ou seja, tudo aquilo que uma pessoa está apta a realizar ou a fazer. Assim, o desenvolvimento humano teria como significado a expansão da potencialidade dos indivíduos a partir da saúde, da educação e da renda. Por outro lado, as limitações na saúde e na educação seriam obstáculos à plena realização das potencialidades humanas (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p.10).

Pode-se compreender que o objetivo da criação do IDH foi o de possibilitar uma abordagem diferente de outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2020).

Nesse sentido, Vieira e Santos (2012, p. 365) defendem que o desenvolvimento de determinada região nem sempre é definido pelo interesse econômico, mas por motivações sociais e ambientais, ou seja, a relação que o sujeito possui com o meio físico e social em que vive contribui para a melhoria da qualidade de vida.

Há necessidade da inclusão de novas variáveis na busca qualitativa do desenvolvimento que ultrapassem a barreira econômica. A política de desenvolvimento regional deve ser repensada e reclassificada em outras categorias, como as realizações feitas com os recursos disponíveis na busca da produtividade social, no estabelecimento de valores conforme a cultura local, nas relações sociais entre os indivíduos da região e, principalmente, na busca dos valores além dos econômicos (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 366).

A partir da ideia de que o desenvolvimento e a qualidade de vida de um grupo social não se aferem somente pela obtenção de renda e de recursos materiais, um fator que interfere diretamente na percepção de um grupo sobre a qualidade de vida é o acesso ao lazer. Neste sentido, a oferta e o acesso a espaços públicos de lazer têm implicações importantes sobre o desenvolvimento regional e humano de um grupo, demonstrando quão complexos são o conceito e a percepção da qualidade de vida por um indivíduo determinado e/ou por um grupo de pessoas que representa uma determinada comunidade local/regional/nacional/internacional/global.

2.4 INDICADORES SOCIAIS

A expressão 'indicador social' surgiu no início da década de 1960, no contexto da corrida espacial norte-americana, tendo sido veiculada em uma obra coletiva por Raymond Bauer. A identificação da mudança da sociedade em termos socioeconômicos, em virtude da precariedade de dados existentes, somente pôde ser realizada por Bauer com a construção de indicadores de caráter social, que permitiram uma análise mais profunda do conjunto de condições sociais, políticas, econômicas e teóricas (SANTAGADA, 1993, p. 247).

Segundo Jannuzzi (2002, p. 55), pode-se definir indicador social como uma medida geralmente quantitativa, com significado social substantivo, utilizado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico acadêmico ou para fins de formulação de políticas públicas. "Eles apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente" (JANNUZZI, 2005, p. 138). Trata-se de um recurso metodológico, referido empiricamente, que informa algo acerca de um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que ocorram nela.

Santagada (2007, p. 121), discorrendo sobre o crescimento e a elaboração dos indicadores sociais na década de 1970, afirma:

A investigação no campo dos indicadores sociais, realizada por organismos governamentais e não governamentais, tem buscado aprofundar a vinculação dos indicadores com os princípios que nortearam o seu surgimento, ou seja, servir de instrumento para o planejamento governamental, bem como superar as análises estritamente econômicas. Agora as condições sociais fazem parte do rol de preocupações não só dos especialistas, como também dos governos. A 'qualidade de vida' ou o 'bem-estar' assumem um papel importante, juntamente com o enfoque econômico, para responder como anda o 'estado social da Nação'.

Os indicadores sociais servem para embasar as atividades de planejamento público e de formulação de políticas sociais em diferentes esferas governamentais, possibilitando o monitoramento das condições de vida e do bem-estar da população pelo poder público e pela sociedade civil, bem como permitem o aprofundamento de

investigações acadêmicas sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Após uma estagnação do estudo dos indicadores sociais nos anos 1980, em que houve uma mudança de foco político, do social (*Welfare State*) para o econômico (neoliberalismo), na década de 1990 houve uma retomada desses estudos, marcada pelo incentivo de diversas esferas públicas e privadas, em especial pela Organização das Nações Unidas, com a realização de cúpulas, acordos, pactos e conferências (SANTAGADA, 2007, p. 122).

Schrader (2002 *apud* SANTAGADA, 2007, p. 122) “afirma que as tarefas mais importantes atualmente são, entre outras: monitorar os conceitos de bem-estar e qualidade de vida, construir indicadores de bem-estar sintéticos e desenvolver relatórios sociais prospectivos”.

Os indicadores sociais classificam-se de acordo com a diversidade de aplicações a que se dirigem:

A classificação mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem. Há, assim, os indicadores de saúde (percentual de crianças nascidas com peso adequado, por exemplo), os educacionais (escolaridade média da população de 15 anos ou mais, por exemplo), os de mercado de trabalho (rendimento médio real do trabalho etc.), os demográficos (taxa de mortalidade etc.), os habitacionais (densidade de moradores por domicílio etc.), os de segurança pública e justiça (roubos a mão armada por 100 mil habitantes etc.), os de infraestrutura urbana (percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública etc.) e os de renda e desigualdade (nível de pobreza etc.). Há classificações temáticas ainda mais agregadas, usadas na denominação dos sistemas de indicadores sociais, como os indicadores socioeconômicos, de condições de vida, de qualidade de vida, de desenvolvimento humano ou ambientais (JANNUZZI, 2002, p. 58-59).

Para mensurar a qualidade de vida urbana no Brasil, foram desenvolvidos diversos sistemas de indicadores sociais municipais, de forma que se destacam duas linhas de desenvolvimento desses sistemas: os sistemas intraurbanos, cujos indicadores são georreferenciados em sub-regiões no interior do município e são destinados a analisar as condições de vida no interior de grandes cidades brasileiras; e os sistemas intermunicipais, que tomam os municípios como unidade espacial de cálculo dos indicadores e possibilitam a análise de desigualdades intermunicipais em determinada região (NAHAS *et al.*, 2006, p.2-3).

O Índice de Desenvolvimento Humano, criado em 1990, tem grande aceitação pela facilidade na obtenção dos índices que o compõem, garantindo razoável grau de aplicabilidade entre realidades totalmente diversas. Contudo, apresenta limitações no uso, tanto para comparar qualidade de vida entre territórios como ao longo do tempo em um mesmo território (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 10).

Em 1998, foi elaborado o IDH-M, que é o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao nível municipal, calculado para dimensionar o desenvolvimento humano na totalidade dos municípios brasileiros e que sintetiza quatro indicadores (expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB *per capita*).

O Índice de Condições de Vida (ICV) foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, para estudar a situação de municípios mineiros, tendo sido adequado em conjunto com o IPEA, o IBGE e o PNUD para a análise de todos os municípios brasileiros. É considerado um instrumento adequado para aplicação em microrrealidades, sendo composto de 20 indicadores em cinco dimensões: renda, educação, infância, habitação e longevidade. É um índice que trabalha apenas com aspectos objetivos, passíveis de medição (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 11).

O Índice de Qualidade de Vida (IQV) criado pelo Jornal Folha de São Paulo é considerado um índice de natureza subjetiva, pois possibilita que as pessoas respondam como se sentem, o que pensam de suas vidas e como percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da qualidade de vida. O IQV inclui um conjunto de nove fatores (trabalho, segurança, moradia, serviços de saúde, dinheiro, estudo, qualidade do ar, lazer e serviços de transporte). Esses fatores são analisados a partir do ponto de vista da população, que é dividida por faixa de renda, escolaridade, categoria social, sexo e faixa etária (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 12).

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN desenvolveu o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o qual acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. O referido índice é obtido por meio da análise das estatísticas oficiais divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, resultando em três indicadores, quais sejam: Emprego e Renda, Educação e Saúde. O IFDM varia de 0 (zero) a 1 (um), e as localidades são classificadas em quatro

categorias de desenvolvimento: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) (FIRJAN, 2020).

Jannuzzi (2002) destaca que os indicadores sociais não devem substituir a realidade, como se fossem a expressão exata ou ideal dos conceitos indicados. Essa recomendação se direciona principalmente ao caso de conceitos abstratos complexos, como desenvolvimento humano, condições de vida, qualidade de vida ou responsabilidade social, em que não é adequada a simples substituição do conceito pela medida (indicador social) criada para operacionalizá-lo.

Assim, por exemplo, se a avaliação da melhoria das condições de vida ou do desenvolvimento humano em países, regiões ou municípios for reduzida à apreciação da variação de um indicador, dimensões não contempladas por este podem deixar de ser verificadas.

Diante disso, recomenda-se a utilização de alguns critérios para o emprego de indicadores sociais em pesquisas acadêmicas e na formulação de políticas públicas, que devem passar pela identificação de determinadas propriedades propostas por Jannuzzi (2002): a) ter um grau de cobertura populacional apropriado aos propósitos a que se destina; b) ser sensível a políticas públicas implementadas; c) ser específico a efeitos de programas setoriais; d) ser compreensível para os agentes e públicos-alvo das políticas; e) ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis; f) ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos; g) gozar de historicidade para possibilitar comparações no tempo.

Trazendo à luz a publicação da Casa Civil e IPEA (2018), há o entendimento no Setor Público que a “avaliação de políticas públicas deve começar no nascedouro, por meio de análise *ex ante*, a fim de verificar, fundamentalmente, se respondem a um problema bem delimitado e pertinente” (CASA CIVIL; IPEA, 2018, p. 11).

Ou seja, essa análise visa diagnosticar a problemática observando diversos aspectos antes de criar uma política pública. Nesse intuito, visa delimitar qual o custo-benefício, quais problemas serão enfrentados pela proposta, medidas anti inconsistências durante as fases de implementação, avaliação e monitoramento da política pública. Vale destacar também que outro fator relevante a ser visto é o de que a “elaboração de indicadores quantitativos sobre o problema permite dimensioná-lo

no tempo anterior à implementação da política, traçando o seu panorama” (CASA CIVIL; IPEA, 2018, p. 57).

Do acima exposto, constata-se a importância do estudo e do aperfeiçoamento dos indicadores sociais, os quais têm sido utilizados como instrumento para o planejamento de políticas públicas, pois propiciam o conhecimento da realidade social, ensejando, portanto, a construção de condições necessárias para o exercício da cidadania.

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE PESQUISA

O desenvolvimento de uma pesquisa científica deve observar uma série de critérios que a torne academicamente válida. Para tanto, após a escolha da temática a ser pesquisada e da sua delimitação, visibiliza-se o objeto de pesquisa nas dimensões específicas que nortearão o trabalho do pesquisador.

No caso aqui proposto, o delineamento do objeto de pesquisa envolve, predominantemente, campos do saber das Humanidades e das Ciências Sociais, possibilitando a interseccionalização teórica da Psicologia, no que tange à teoria da percepção e sua importância no plano individual e coletivo; da Sociologia Política, ao tratar das questões associadas à compreensão e à definição de conceitos como qualidade de vida e desenvolvimento regional/local, bem como de suas implicações fenomênicas no âmbito social; e do Direito, principalmente atinente às normas de Direito Público, especificamente aquelas que tratam de direitos fundamentais, administrativo, urbanístico e econômico.

Transversalmente ao tripé teórico central, foram trazidos conhecimentos de outras áreas do saber, a fim de subsidiar e fundamentar as discussões que se constituíram no produto final da pesquisa. De entre essas áreas do conhecimento, explicitam-se as seguintes: a Estatística, a História, as Ciências Econômicas, a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia Cultural.

Diante do exposto, visibiliza-se a natureza interdisciplinar desta pesquisa, tornando-a científica e metodologicamente complexa, aproximando-a de uma natureza que transcende em alguns momentos a própria interdisciplinaridade, demandando um tratamento complexo, transdisciplinar.

A transdisciplinaridade metodológica aqui vislumbrada se pauta na definição desenvolvida por Basarab Nicolescu:

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 2010, p. 16).

Uma vez posta a natureza interdisciplinar/transdisciplinar no plano teórico e metodológico desta pesquisa, há de se especificar o que se concebe como método, de acordo com as perspectivas ampla e restrita. Numa perspectiva ampla, a metodologia utilizada em uma pesquisa abarca todos os aspectos e instrumentos necessários à compreensão de um determinado fenômeno, podendo ser este natural, social ou artificial, independentemente da sua inspiração filosófica, do seu grau de abstração e da sua finalidade mais ou menos explicativa, enquanto que uma perspectiva restritiva busca explicar o fenômeno estudado de maneira menos abstrata, pressupondo uma atitude concreta em relação ao fenômeno e limitando-o a um domínio particular. (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.84).

Para além da perspectiva ampla do que os metodólogos concebem como Metodologia Científica, a fim de delinear os passos a serem trilhados no desenvolvimento da pesquisa, impôs-se aqui, de forma preponderante, porém não exclusiva, um quadro metodológico complexo, consistente no seguinte: método de análise dedutivo, método de abordagem quanti-qualitativo, método procedimental eclético – documental, bibliográfico, levantamento de dados.

O método de análise preponderante foi o dedutivo, sendo este tomado na concepção clássica já sedimentada no plano epistemológico, o qual “parte de teorias e leis para predizer a ocorrência dos fenômenos particulares”, perfazendo uma linha de conexão descendente dos fatos em análise (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.107).

O desenvolvimento da pesquisa pelo método dedutivo fundamenta-se num plano antecedente por princípios universais, de natureza geral e amplo dos fatos/fenômenos objetos da análise, que, após a operação lógica dedutiva dos dados analisados, possibilitou resultados de natureza específica e particular do objeto pesquisado (SEVERINO, 2005, p.195).

O método de abordagem quanti-qualitativo consiste na interpretação dos fatos pautados nos dados numéricos a eles relacionados. No caso da pesquisa proposta, o método de abordagem foi híbrido, o que demandou em determinado momento uma maior atenção aos fenômenos sociais e aos conceitos a eles relacionados e, noutros momentos, aos números extraídos dos dados levantados. Considerando-se o equilíbrio e a não predominância de uma abordagem sobre a outra, a abordagem quanti-qualitativa mostrou-se como a mais adequada.

O método de procedimento utilizado foi o eclético, plurívoco. Considerando as fontes de pesquisa secundárias, foram utilizadas referências bibliográficas, de natureza teórica, publicadas em teses de doutoramento e dissertações de mestrado, artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos publicados por meios convencionais impressos e *online*.

No rol de fontes primárias foram levantados documentos legislativos, como documentos estatísticos a partir de *sítes* oficiais de organismos internacionais e nacionais, bem como foram utilizados procedimentos de levantamento de dados diretos por meio de questionários, especificados nos Anexos desta dissertação, especificamente os constantes no Apêndice A – Questionário Sociodemográfico; Anexo A - Questionário complementar - QUESTÕES PNUD RESUMIDO; Anexo B – WHOQOL-BREF – Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida; e Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Todos os referidos instrumentos do método de procedimentos de pesquisa para levantamento de dados foram submetidos à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté – UNITAU, conforme relatado a seguir na subseção 3.5.

Considerando-se que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde caracterizou como pandemia o surto de COVID-19 (SARS-CoV-2), isto é, foi reconhecida a disseminação da doença em diversos países e regiões do mundo (OMS, 2020), situação que perdurou durante o período da coleta de dados (junho a setembro de 2020) e ainda perdura até a finalização deste trabalho, no início de 2021, promoveu-se a orientação quanto à forma segura de coleta para minimizar os riscos à saúde.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

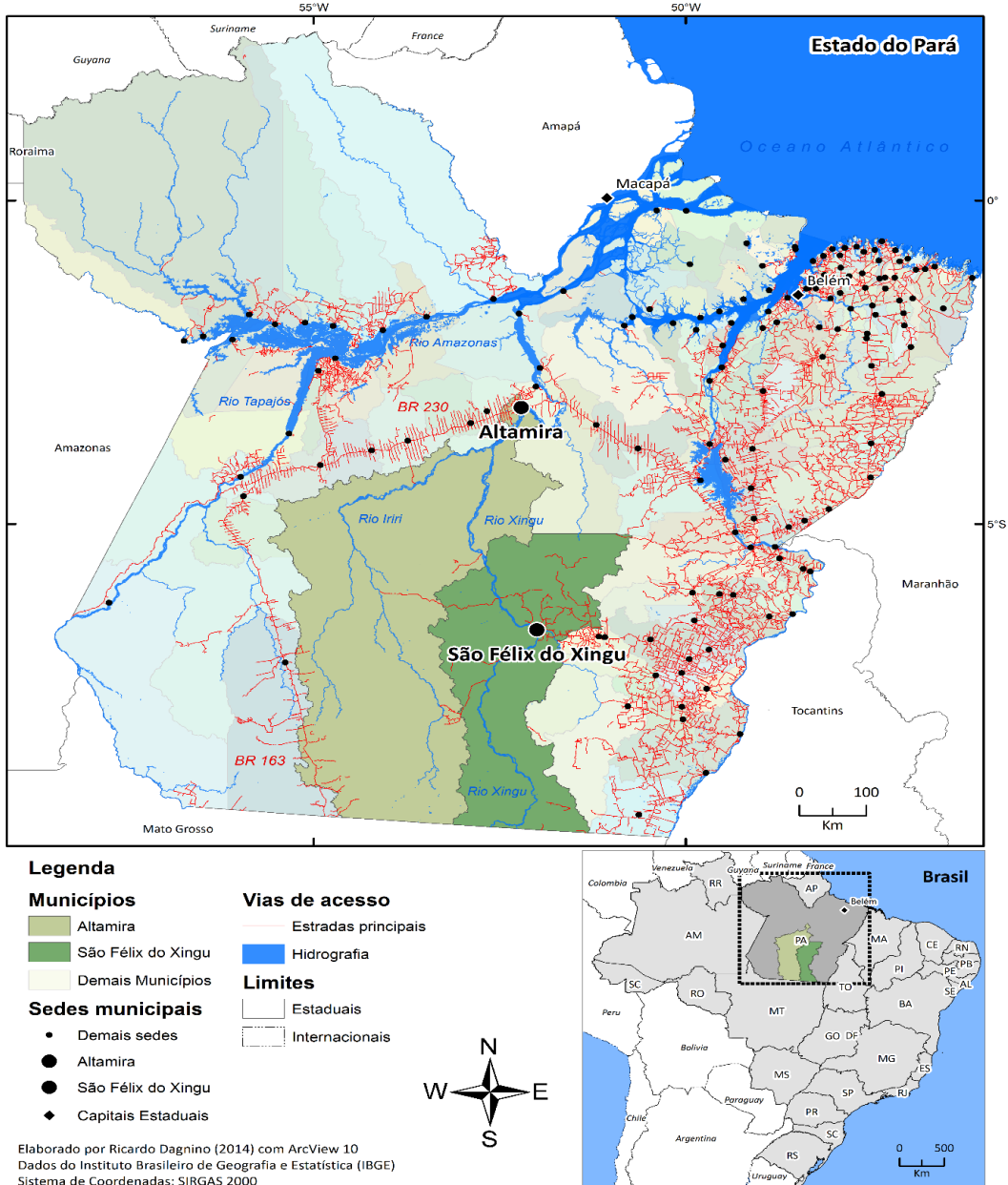
A pesquisa foi realizada na área urbana do Município de São Félix do Xingu, situado na região sudeste do Estado do Pará. Segundo o IBGE, sua população no último censo (2010) era de 91.340; a população estimada para 2019 foi de 128.481

peças e para 2020 de 132.138 pessoas, com densidade demográfica de 1,08 hab./Km² (IBGE, 2019 e 2020).

Na Figura 1 é apresentada a localização do município, o qual possui 84.212,958 Km² de extensão territorial, sendo o 3º maior município do Estado e o 6º maior do Brasil, pertencendo ao bioma Amazônia (IBGE, 2019).

Figura 1 – Localização do Município

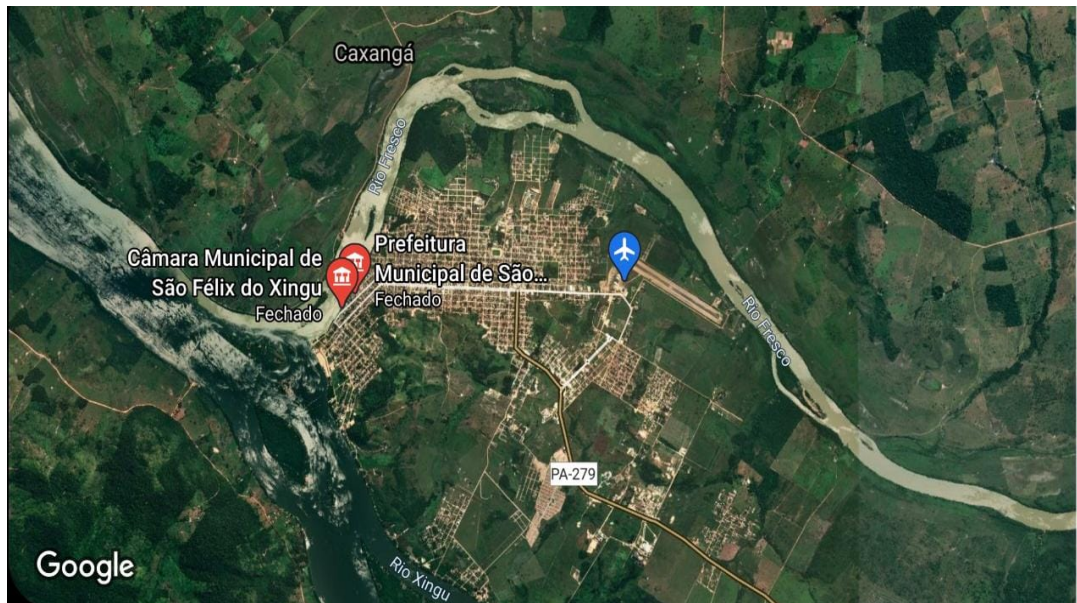
Municípios de Altamira e São Félix do Xingu - Pará - Brasil



Fonte: Dagnino (2014).

Abaixo na Figura 2 é possível ver a zona urbana do município São Félix do Xingu:

Figura 2 – Área urbana do Município



Fonte: Google Maps (2021)

No ano de 2016, o município apresentou desenvolvimento regular, com 0.4915 pontos no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (consolidado), estando na 99ª posição estadual e 5.240ª posição nacional (FIRJAN, 2016).

Segundo o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,594 (2010), situando-o na faixa de desenvolvimento humano baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599) (IBGE, 2010).

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para esta pesquisa foi considerada uma amostra de 246 respostas, calculada por meio da calculadora amostral disponível no *site* Comento, que determinou o tamanho da amostra para a validação da pesquisa.

Assim, considerando-se uma população estimada de 128.481 pessoas para 2019, ano em que se iniciou a pesquisa, foram utilizados índice de confiabilidade de

95%, margem de erro de 5% e distribuição da população mais homogênea (80/20) (IBGE, 2019).

As porcentagens acima referidas foram escolhidas por serem as mais academicamente aceitas, sendo que 95% representa um intervalo de confiança que contém a prevalência populacional e 5% o tamanho do erro na estimativa (AGRANONIK e HIRAKATA, 2011).

A amostra foi formada por pessoas de ambos os sexos, maiores de dezoito anos, residentes há mais de seis meses na zona urbana do Município de São Félix do Xingu/PA.

Os critérios considerados para inclusão na amostra foram: a) ser maior de dezoito anos; b) residir no município há mais de seis meses; c) ambos os sexos (masculino/feminino).

Os critérios de exclusão na participação da pesquisa foram: a) ser menor de dezoito anos; b) ter envolvimento em questões políticas; c) residir no município há menos de seis meses.

3.4 INSTRUMENTOS

A fim de se obter dados sociodemográficos e de se investigar a percepção da qualidade de vida pelos moradores de São Félix do Xingu/PA, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- 1 Questionário sociodemográfico, composto por 10 questões, por meio do qual se buscou obter dados relevantes para a identificação da amostra e a análise do tema (Apêndice A);
- 2 Questionário complementar sobre qualidade de vida, adaptado por Renato Batuíra Ribeiro Pinto, baseado no material do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012), extraído da dissertação de mestrado intitulada “Percepção de Qualidade de Vida no Município de Avelinópolis-GO e Desenvolvimento Local”, detalhado no Anexo A. Esse questionário complementar é composto por 25 questões e tem o objetivo de ampliar a compreensão da qualidade de vida acerca dos

aspectos saúde, relações pessoais, trabalho, situação econômica, segurança, serviços públicos e lazer;

- 3 WHOQOL-bref, desenvolvido pela OMS, que conta com 26 questões, composto por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente, apresentado no Anexo B; trata-se de uma versão abreviada do WHOQOL-100, desenvolvida a partir da necessidade de instrumentos de rápida aplicação, mas com característica psicométrica satisfatória. Das 26 questões do WHOQOL-bref, duas são questões gerais sobre qualidade de vida e as outras vinte e quatro representam cada uma das vinte e quatro facetas que compõem o instrumento original (FLECK, 2000, p. 179).

De acordo com FLECK (1999, p. 31)

as questões do WHOQOL foram formuladas para uma escala de respostas do tipo Likert, com uma escala de intensidade (nada - extremamente), capacidade (nada - completamente), frequência (nunca - sempre) e avaliação (muito insatisfeito - muito satisfeito; muito ruim - muito bom).

Nesta pesquisa foram consideradas as médias de 0 a 20 para analisar os resultados obtidos por meio da aplicação do WHOQOL-bref, sendo que quanto mais próximos a 20, melhor a qualidade de vida percebida, e quanto mais próximos a 0, pior a qualidade de vida percebida. Optou-se pela escala de 0 a 20 por ser esta uma forma de análise bastante empregada pelos pesquisadores que utilizam o referido instrumento (FLECK *et al.*, 2000; PINTO, 2015).

- 4 Fontes documentais: utilizaram-se dados documentais constantes nos sites do IBGE, da FIRJAN (2016) e da FAPESPA (2016), bem como dados oriundos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Analisaram-se os quesitos habitação, saúde, educação, mercado de trabalho, IDH, segurança pública, PIB e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Importante ressaltar que foram utilizados dados de diferentes períodos por serem essas as informações disponíveis mais recentes no momento da coleta para a pesquisa. Nesse ponto, pode-se fazer uma crítica quanto ao não alinhamento dos dados nas esferas federais, estaduais e municipais, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho com demonstrativos mais atuais da realidade.

Justifica-se a escolha dos instrumentos acima citados em razão da linha de pesquisa adotada nesta dissertação. Assim, de acordo com a visão geral ou holística de qualidade de vida proposta pela OMS, que a considera como um constructo subjetivo, adotou-se o instrumento desenvolvido por aquela organização para a pesquisa sobre qualidade de vida, isto é, o WHOQOL-bref e, ainda, considerando-se a teoria de Sen sobre desenvolvimento, foi utilizado o questionário complementar baseado no PNUD. Para confrontação, foram considerados os dados estatísticos sobre o município obtidos nos *sítes* oficiais.

Deste modo, foram usados os instrumentos adequados para a viabilidade e validação da pesquisa, considerando ainda os estudos já realizados sobre qualidade de vida (PINTO, 2015; FLECK, 2000; MINAYO, 2000).

3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Os questionários sociodemográfico (10 questões) – Apêndice A, Complementar sobre qualidade de vida (25 questões) – Anexo A, e WHOQOL-bref (26 questões) – Anexo B e o projeto na íntegra foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa para aprovação. O projeto foi aprovado dia 08/06/2020 sob o Parecer número 4.075.646 (Anexo D). A aplicação foi iniciada em 17/06/2020 e finalizada em 25/09/2020. A coleta foi realizada de forma presencial, ocasião em que se recolhia a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em anexo.

Os questionários acima citados são compostos por questões fechadas, de múltipla escolha, que possibilitam o autopreenchimento pelos respondentes.

A princípio, a coleta foi realizada junto aos usuários e colaboradores do Cartório Extrajudicial do Único Ofício de São Félix do Xingu/PA. Em seguida, os questionários foram distribuídos no comércio local, ocasião em que eram explicadas as questões e a forma de preenchimento à pessoa responsável pela distribuição, a fim de que eventuais dúvidas pudessem ser sanadas, com posterior recolhimento dos instrumentos. Devido a dificuldades encontradas na obtenção da amostra, passou-se à aplicação nos bairros em que residem os colaboradores do cartório, com a

distribuição e posterior recolhimento dos questionários, coletando-se, portanto, os dados para atingir o valor da amostra por acessibilidade.

Também foram utilizados dados documentais constantes nos *sites* do IBGE, da FIRJAN (2016) e da FAPESPA (2016), bem como dados oriundos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), acessados via Internet.

3.6 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados foram armazenados em um banco de dados específico, criado no programa Microsoft Excel, versão 2016. Após a verificação de erros e inconsistências, foi realizada uma análise descritiva estatística por meio de frequências relativas e absolutas para as variáveis de perfil dos participantes e para o questionário adaptado PNUD. Para a qualidade de vida foram calculadas medidas de tendência central e de variabilidade para o escore.

Utilizou-se o software *IBM SPSS Statistics* (*IBM Statistical Package for the Social Sciences Statistics*, 2016) para a análise dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, procedendo-se com tratamento estatístico.

Para a análise do WHOQOL-bref foram considerados os domínios: 1. Físico, que envolvem as questões 3, 4, 10, 15, 16, 17 e 18 e tratam da percepção da própria condição física; 2. Psicológico, referente às questões 5, 6, 7, 11, 19 e 26, sobre autoaceitação; 3. Relações Sociais, cujas questões 20, 21 e 22 analisam a satisfação com os outros; e 4. Meio Ambiente, incluindo as questões 8, 9, 12, 13, 14, 23, 24 e 25, voltadas para a segurança e para o acesso aos bens e serviços. Os resultados foram demonstrados levando-se em consideração uma escala de 0 a 20.

Os dados sociodemográficos e os complementares sobre qualidade de vida obtidos por meio do questionário baseado no material do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012) - foram analisados por meio dos percentuais correspondentes à ocorrência de respostas e demonstrados em gráficos e tabelas.

Os indicadores foram coletados dos *sites* do IBGE, da FIRJAN (2016) e da FAPESPA (2016), analisando-se os quesitos habitação, saúde, educação, mercado

de trabalho, IDH, segurança pública, PIB e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Foram descritos os dados disponíveis nos respectivos sítios eletrônicos e demonstrados os resultados por meio de tabelas e gráficos.

A seguir, realizou-se a análise da relação entre a percepção da qualidade de vida dos moradores da zona urbana de São Félix e os indicadores apresentados pelo município, comparando-se os dados obtidos por meio da pesquisa de campo com aqueles constantes nos órgãos estatísticos acima enumerados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados primeiramente os dados documentais, obtidos nos *sites* do IBGE, da FIRJAN (2016) e da FAPESPA (2016), bem como os dados oriundos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Posteriormente, no item 4.2, serão apresentados os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários sociodemográfico (10 questões) – Apêndice A, Complementar sobre qualidade de vida (25 questões) – Anexo A, e WHOQOL-bref (26 questões) – Anexo B.

4.1. DADOS DOCUMENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA

Segundo dados da Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, o Município de São Félix do Xingu foi criado em 29 de dezembro de 1961, por meio da Lei n.º 2.460, tendo o seu território sido desmembrado do Município de Altamira, Estado do Pará. Consta da Estatística Municipal da FAPESPA (2016) que o Município não apresenta patrimônio histórico, tampouco equipamentos culturais a destacar.

Como já explicitado, São Félix do Xingu situa-se na região sudeste paraense, distando 1.041,2 km da capital, Belém. Sua população no último censo (IBGE, 2010) era de 91.340 pessoas. A população estimada para 2019 foi de 128.481 pessoas e, para 2020, de 132.138 pessoas, com densidade demográfica de 1,08 hab./Km² (IBGE, 2020).

Em 2010, considerando-se o total da população de 91.340 pessoas, verifica-se que 45.113 habitantes residiam na zona urbana e 46.227 na zona rural. Quanto à divisão por sexo, 48.691 correspondem ao sexo masculino e 42.649 ao sexo feminino. E quanto à faixa etária, a maior parte está concentrada na faixa entre 15 a 29 anos, correspondendo a 28.268 pessoas, seguida pela faixa etária de 30 a 49 anos, com 26.681. A taxa de urbanização em 2010 era de 49,39% (FAPESPA, 2016).

Deste modo, verifica-se que se trata de uma população jovem, composta por 53,31% pessoas do gênero masculino e 46,69% do gênero feminino, sendo que

50,61% residem na zona rural e 49,39% na zona urbana. Ressalte-se que esta pesquisa foi realizada na zona urbana do município.

Em relação ao PIB, consta no *site* do IBGE que no ano de 2017 o PIB *per capita* do município foi de R\$11.157,74, ocupando a 64ª posição no Estado do Pará, sendo R\$1.316.460,87 o valor adicionado bruto a preços correntes, do qual o referente à agropecuária corresponde a R\$514.908,87, ou seja, 39,11 % da economia.

Em relação ao quesito habitação, no ano de 2010 havia 22.357 unidades domiciliares, correspondendo a 4,09 habitantes/unidades domiciliares. Quanto à forma de abastecimento de água, naquele ano havia 1.413 domicílios ligados à rede geral de distribuição, 18.486 utilizavam poço ou nascente na propriedade e 2.458 outras formas de abastecimento. De acordo com o IBGE, em 2010 apenas 22,5% dos lares contavam com esgotamento sanitário adequado.

No quesito saúde, segundo levantamento da FAPESPA (2016), cujos dados mais recentes são de 2015, havia no município 1,14 leitos/mil habitantes, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Leitos por Habitantes 2006-2015

Leitos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Número de Leitos Hospitalares	80	80	80	80	100	100	100	100	100	100
Número de Leitos Ambulatórios	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Número de Leitos Urgência	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21
Total de leitos	113	113	113	113	133	133	133	133	133	133
Leitos/Mil Habitantes	2,70	1,91	1,76	1,68	1,46	1,39	1,39	1,24	1,19	1,14

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN (2016)

Analisando-se a Tabela 1, percebe-se que, embora tenha havido um aumento da população, o investimento em leitos hospitalares não foi proporcional, pois em 2006 havia mais leitos por mil habitantes do que em 2015.

Ao observar o DATASUS no período de janeiro de 2021 houve um aumento do número de leitos totais para 145, contabilizando leitos SUS e não SUS (DATASUS, 2021). Esse aumento de 9% do número de vagas continua não acompanhando o crescimento da população, visto que, segundo dados do IBGE (2020) a população do

município é composta por 132.138 habitantes, ou seja, o número de leitos/Mil habitantes caiu para 1,09.

Mas, apesar dos números de leitos/Mil habitantes estar diminuindo, um outro ponto verificável é que tem ocorrido uma desaceleração dessa diminuição. Tal ponto pode ser verificado ao analisar que de 2013 até 2015, a cada ano, essa proporção diminuía 0,05 por ano, já de 2015 até 2020/2021 ocorreu a mesma diminuição de 0,05. Assim sendo, apesar da diminuição, também se verifica que essa diminuição teria caído para um ritmo de 20% do que era outrora.

As internações no ano de 2015, divididas em internações segundo local de residência e internações segundo local de internação, foram 3.168 e 2.581, respectivamente (FAPESPA, 2016).

Na Tabela 2, em relação às principais causas de mortalidade geral no período de 2000 a 2007, destacam-se as causas externas de morbidade e mortalidade.

Tabela 2 - Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2000-2007

Causas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sistema Nervoso	1	-	3	2	1	-	1	1
Aparelho Circulatório	9	24	19	15	21	16	22	28
Aparelho Respiratório	-	13	7	12	4	6	12	8
Aparelho Digestivo	2	1	4	2	6	2	3	10
Transt. Mentais e Comportamentais	-	-	-	1	-	1	3	-
Causas Ext. Morbidade e Mortalidade	27	7	4	63	35	37	55	67
Gravidez, Parto e Puerpério	-	2	-	1	2	3	1	-
Aparelho Geniturinário	-	-	4	2	1	1	1	5
Total	36	47	41	98	70	66	98	119

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN (2016)

O mesmo se verifica na Tabela 3 a seguir, em que, de 2008 a 2014, as causas externas de morbidade e mortalidade foram a principal razão de mortalidade. Segundo definição extraída dos indicadores de mortalidade disponíveis no *site* do DATASUS, a taxa de mortalidade por causas externas refere-se aos óbitos ocorridos por acidentes e violência.

Assim, taxas elevadas estão associadas aos fatores de risco específicos, como acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, os quais respondem,

conjuntamente, por quase dois terços dos óbitos por causas externas no Brasil (DATASUS, 2000).

Discorrendo-se ainda sobre os índices de mortalidade, consta no *site* do IBGE que a taxa de mortalidade infantil em 2017 foi de 14,01 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2017).

Tabela 3 - Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2008-2014.

Causas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Sistema Nervoso	4	1	1	4	1	1	-
Aparelho Circulatório	43	35	24	33	6	38	40
Aparelho Respiratório	14	8	12	10	30	13	16
Aparelho Digestivo	8	2	5	9	15	11	8
Transt. Mentais e Comportamentais	-	1	4	2	15	-	-
Causas Ext. Morbidade e Mortalidade	51	47	68	55	2	57	86
Gravidez, Parto e Puerpério	1	-	-	-	1	2	2
Aparelho Geniturinário	4	6	4	6	51	2	5
Total	125	100	118	119	121	124	157

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN (2016)

Vale ainda o destaque dado no DATASUS (2019), que discorrendo sobre a fonte MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, em que o número de mortalidade geral/óbitos por residência chegou ao número de 316 para o ano de 2019.

No quesito educação, no ano de 2015 havia na rede estadual 1.542 matrículas no Ensino Médio; na rede municipal, 1.668 matrículas na Pré-escola e 12.001 no Ensino Fundamental; na rede particular, 82 matrículas no Pré-escolar, 451 no Ensino Fundamental e 136 no Ensino Médio (FAPESPA, 2016).

Os dados do IBGE para 2018 mostram que havia 12.274 matrículas no Ensino Fundamental e 1.660 no Ensino Médio, sendo que a nota do IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017] foi 4,0 e no IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017], 3,0 (IBGE, 2017). Considerando as notas do IDEB em 2019, a nota obtida para a 4ª série/5º ano foi 4,0 e para a 8ª série/9º ano, foi 2,9 (IDEB, 2019).

Quanto ao mercado de trabalho, a oferta de emprego, segundo o setor de atividade econômica, no ano de 2015 concentrou-se primeiramente na administração pública, com 2.034 vagas; em segundo lugar, na agropecuária, com 1.808 vagas e, no terceiro posto, encontra-se o comércio, com 908 vagas. Segundo o IBGE, no ano de 2017 o percentual da população ocupada era de 4,0%.

No período de 1970 a 2000, o IDH-M do município foi 0,516 em 1991 e 0,709 em 2000, conforme se verifica na Tabela 4, cujos índices foram calculados segundo a antiga metodologia¹, a partir de dados do censo demográfico.

Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1970/1980/1991/2000

IDHM	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH – M	0,265	0,460	0,516	0,709
IDH – M Longevidade	0,345d	0,392	0,465	0,741
IDH – M Educação	0,268	0,356	0,515	0,692
IDH – M Renda	0,182	0,633	0,567	0,693

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Elaboração: FAPESPA/SEPLAN (2016)

Na Tabela 5, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) em 2010 foi 0,594, situando o município na faixa de desenvolvimento humano baixo. Interessante observar os dados dos anos de 1991 e 2000, segundo a metodologia antiga, e os mesmos dados, segundo a nova metodologia².

Verifica-se uma diminuição dos índices, quando se faz a comparação entre a antiga e a nova metodologia. Os índices da nova metodologia se aproximam mais da realidade local. Importante destacar que, de acordo com a nova metodologia, do ano 2000 para o ano 2010 houve um aumento de 36,55% do IDHM.

¹ O IDHM era calculado com dados do censo demográfico, tendo sido editada em 2003 uma série histórica de 1991 a 2000 para todo o país. Em 2012, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020).

² A nova metodologia segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, no entanto, vai além, pois adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Assim, os indicadores utilizados para o cálculo do IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Diante disso, foi recalculado o IDHM para os anos 1991 e 2000 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020).

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1991/2000/2010 – Nova Metodologia

IDHM	Anos		
	1991	2000	2010
IDH – M	0,315	0,435	0,594
IDH – M Longevidade	0,623	0,741	0,798
IDH – M Educação	0,09	0,168	0,411
IDH – M Renda	0,557	0,663	0,638

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.
Elaboração: FAPESPA/SEPLAN (2016)

No quesito segurança pública, o estudo da FAPESPA aponta que no ano de 2013 houve 138 crimes contra a pessoa, 286 crimes contra o patrimônio e 115 crimes violentos.

Comparando-se com o ano de 2012, verifica-se que houve aumento dos crimes contra o patrimônio e crimes violentos, e diminuição dos crimes contra a pessoa. Na Tabela 6 verificam-se esses números, bem como os de anos anteriores.

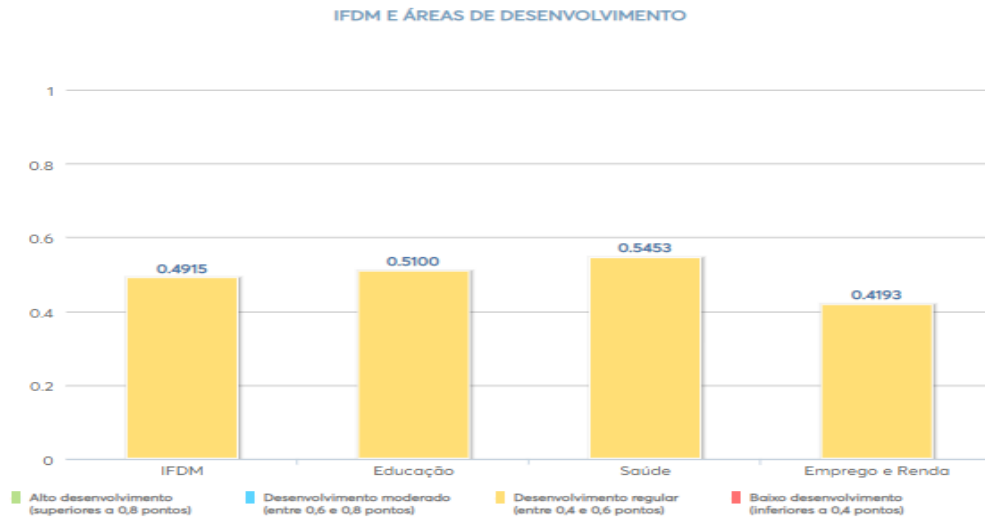
Tabela 6 - Número de Crimes Contra a Pessoa, Patrimônio e Crimes Violentos 2007-2013.

Anos	Crimes Contra a Pessoa	Crimes Contra o Patrimônio	Crimes Violentos
2007	8	3	2
2008	103	157	47
2009	99	181	51
2010	166	270	47
2011	152	248	106
2012	158	237	113
2013	138	286	115

Fonte: SEGUP/Sisp
Elaboração: FAPESPA/SEPLAN (2016)

Quanto ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, verifica-se no Gráfico 1 que no ano-base 2016 o Município de São Félix obteve IFDM – Consolidado de 0.4915, estando na 99ª posição estadual e na 5.240ª nacional.

Gráfico 1 - IFDM e Áreas de Desenvolvimento - São Félix do Xingu/PA

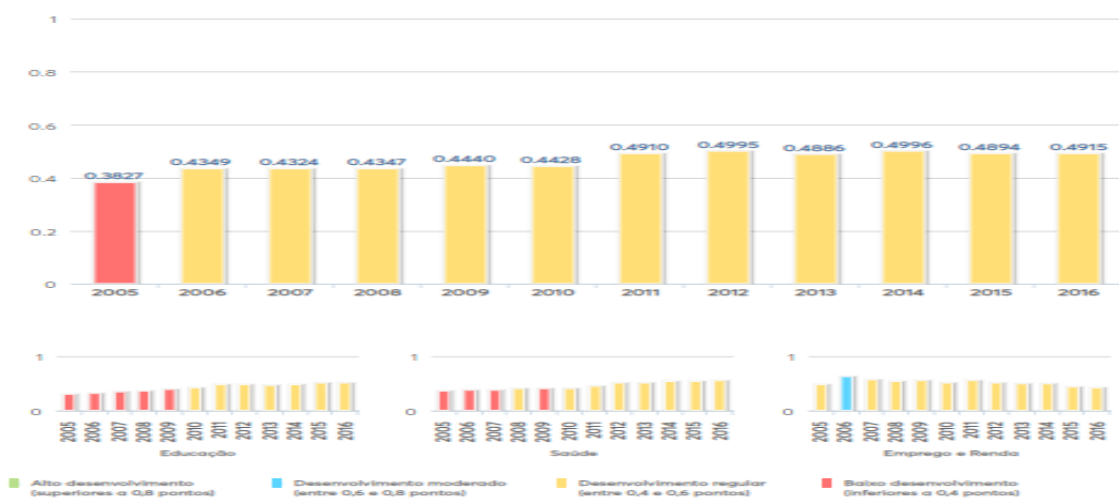


Fonte: FIRJAN (Edição 2018 – Ano-base 2016)

Conforme se observa no Gráfico 1, o município apresenta desenvolvimento regular nas áreas de Educação (0,5100), Saúde (0,5453) e Emprego e Renda (0,4193), sendo que o índice que mais se destacou foi o da Saúde, seguido pela Educação e, por último, o de Emprego e Renda.

O Gráfico 2 demonstra a evolução anual do IFDM do ano de 2005 ao ano de 2016 do Município de São Félix do Xingu. Nota-se que em 11 anos houve oscilações no índice; no entanto, a partir de 2006, este se manteve em desenvolvimento regular, com destaque para o ano de 2014.

Gráfico 2 - Evolução anual do IFDM de São Félix do Xingu/PA



Fonte: FIRJAN (Edição 2018 – Ano-base 2016)

Os indicadores sociais acima listados apresentam relevância para se verificar quais áreas apresentam níveis satisfatórios e quais não os apresentam, a fim de que sejam feitos planejamentos adequados para equacionar as diversas situações e realidades sociais.

Nas palavras de Jannuzzi (2002, p. 55), os indicadores sociais podem ser utilizados para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico acadêmico ou para fins de formulação de políticas públicas.

Os indicadores sociais ajudam a compreender a realidade local, bem como quantificar de maneira palpável o nível do que está sendo apurado, permitindo comparar e, assim, elaborar medidas para acelerar o desenvolvimento regional.

Tendo em vista que os recursos financeiros são limitados, torna-se importante conhecer a realidade do município, a fim de se elaborar políticas públicas mais eficazes e de se destinar recursos para as áreas mais fragilizadas.

Desse modo, seria possível melhorar a qualidade e os índices de diversos segmentos até se atingir o nível global adequado.

4.2 DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

4.2.1 Caracterização da Amostra

A amostra desta pesquisa é composta por 246 pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes na zona urbana no Município de São Félix do Xingu.

Na Tabela 7 pode-se verificar que 61% dos respondentes foram do sexo feminino (150 pessoas) e 39% do sexo masculino (96 pessoas).

A faixa etária predominante foi de 25 a 34 anos, correspondendo a 31,7%, seguida do intervalo entre 18 a 24 anos (28%). A menor porcentagem de participação (2%) foi de pessoas acima de 54 anos.

Quanto à escolaridade da amostra, as porcentagens mais significativas são: 30,9%, isto é, 76 pessoas, com Ensino Médio completo, e 17,1% (42 pessoas) com Ensino Superior completo. Segundo o IBGE (2018), o município possui 4 (quatro)

estabelecimentos de Ensino Médio e 105 de Ensino Fundamental, com uma taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos de idade de 77,9% (IBGE, 2010).

No item estado civil, 48% declararam-se solteiros (117 pessoas); o mesmo percentual, 48%, declararam-se casados/companheiros; 3,7% estão separados/desquitados/divorciados e 0,4% viúvo.

Tabela 7 – Dados sociodemográficos

		n	%
Gênero	Feminino	150	61,0
	Masculino	96	39,0
Faixa etária	18 a 24 anos	69	28,0
	25 a 34 anos	78	31,7
	35 a 44 anos	56	22,8
	45 a 54 anos	36	14,6
	Mais de 54 anos	5	2,0
	Não respondeu	2	0,8
Escolaridade	Sem escolaridade	5	2,0
	Fundamental incompleto	23	9,3
	Fundamental completo	12	4,9
	Médio incompleto	35	14,2
	Médio completo	76	30,9
	Superior incompleto	36	14,6
	Superior completo	42	17,1
	Pós-graduação	17	6,9
Estado civil	Casado/companheiro	118	48,0
	Solteiro	118	48,0
	Separado/Divorciado/Desquitado	9	3,7
	Viúvo	1	0,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na Tabela 8, em que se encontra descrita a situação econômica da amostra, no que tange à pergunta se a pessoa estava empregada, 165 pessoas (67,1%) responderam sim, e 78 (31,7%) responderam não. Quanto ao tipo de trabalho, 30,6% (75 pessoas) responderam que trabalham como empregado CLT, 23,3% (57 pessoas) declararam-se autônomas e 18% (44 pessoas) são servidores públicos. O menor índice foi de aposentados – 0,8% (2 pessoas), o que se pode correlacionar com o

menor índice de respondentes com idade superior a 54 anos, conforme se verifica na Tabela 7.

Considerando a pergunta sobre ramo de atividade, 36,1% (60 pessoas) responderam que trabalham no comércio, 30,7% (51 pessoas) no ramo de serviços, 22,3% (37 pessoas) na administração pública, 7,2% (12 pessoas) na agropecuária, 1,8% na indústria e 1,8% não responderam.

No quesito renda, 31,3% recebem até um salário mínimo, 29,3% de 1 a 2 salários mínimos, 15% de 2 a 4 salários mínimos, 4,1% de 4 a 8 salários mínimos, 1,2% recebem mais de 8 salários mínimos, 18,7% não possuem renda e 0,4% não responderam.

Tabela 8 - Situação econômica

		n	%
Empregado	Sim	165	67,1
	Não	78	31,7
	Não respondeu	3	1,2
Tipo de trabalho	Empregado CLT	75	30,6
	Autônomo	57	23,3
	Servidor Público	44	18,0
	Dona de casa	26	10,6
	Outro	14	5,7
	Estudante	12	4,9
	Profissional liberal	8	3,3
	Estagiário	3	1,2
	Aposentado	2	0,8
	Não respondeu	4	1,6
	Ramo de atividade	Comércio	60
Serviços		51	30,7
Administração Pública		37	22,3
Agropecuária		12	7,2
Não respondeu		3	1,8
Indústria		3	1,8
Renda	Até 1 salário mínimo	77	31,3
	1 a 2 salários mínimos	72	29,3
	2 a 4 salários mínimos	37	15,0

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Verifica-se, por meio da Tabela 9, que 21,1% (52 pessoas) têm 1 filho, 22,4% (55 pessoas) têm 2 filhos, 9,3% (23 pessoas) têm 3 filhos, 9,8% (24 pessoas) têm 4 ou mais filhos, 37% (noventa e uma pessoas) não têm filhos e 0,4% (1 pessoa) não respondeu.

Tabela 9 – Quantidade de filhos

		n	%
Filhos	1	52	21,1
	2	55	22,4
	3	23	9,3
	4 ou mais	24	9,8
	Não tenho filhos	91	37,0
	Não respondeu	1	0,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A Tabela 10 refere-se à pergunta número 10 do questionário sociodemográfico, que é dividida em 5 subitens. Verificou-se que 155 dos respondentes possuem casa própria, correspondendo a 63%, e 89 desses não a possuem (36,2%).

Tabela 10 - Questões relacionadas a moradia

		n	%
Casa própria	Sim	155	63,0
	Não	89	36,2
	Não respondeu	2	0,8
Asfaltada	Sim	109	44,3
	Não	124	50,4
	Não respondeu	13	5,3
Água	Sim	83	33,7
	Não	148	60,2
	Não respondeu	15	6,1
Eletricidade	Sim	224	91,1
	Não	22	8,9
Saneamento	Sim	131	53,3
	Não	115	46,7

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Do total de respondentes, 44,3% declararam que a rua da casa em que residem é asfaltada e 50,4% que não é asfaltada. Em relação ao abastecimento de

água, 60,2% não contam com rede de abastecimento público e 33,7% dispõem desse serviço. Dos dados levantados, 91,1% dispõem de eletricidade e 53,3% dispõem de saneamento, contra 8,9% que não dispõem de eletricidade e 46,7% que não dispõem de saneamento.

Confrontando os dados disponíveis na Tabela 10 com os levantados nos *sites* da FAPESPA e do IBGE, apresentados na subseção 4.1, verifica-se, de fato, que a maioria dos domicílios não dispõe de abastecimento público de água, uma vez que, em 2010, 18.486 pessoas utilizavam poço ou nascente na propriedade e passados dez anos, tal situação ainda persiste. Quanto ao esgotamento sanitário, somente um pouco mais da metade dos respondentes afirmou que conta com esse serviço, sendo visível nas ruas da cidade, inclusive nas centrais, água suja escorrendo junto ao meio-fio.

Nesse contexto, importa ressaltar que os sistemas de abastecimento público de água tratada e de esgotamento sanitário proporcionam benefícios gerais para a saúde da população, resultando no desenvolvimento da localidade atendida, bem como na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar das pessoas. Ademais, as políticas públicas que visam melhorar as condições de saneamento básico são eficazes para diminuir a mortalidade infantil, impactando nos índices de saúde, e ainda contribuem para o crescimento econômico e a redução da pobreza (LEONETI *et al*, 2011).

4.2.2 Dados referentes à qualidade de vida

Nessa subseção serão expostos os dados referentes à qualidade de vida, coletados por meios dos questionários disponibilizados no Anexo A - Questionário complementar - QUESTÕES PNUD RESUMIDO e no Anexo B – WHOQOL-bref – Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida.

Os dados de ambos os questionários serão apresentados em conjunto, uma vez que avaliam as mesmas dimensões da qualidade de vida, com perguntas que se complementam.

Na Tabela 11, verifica-se que os moradores do núcleo urbano de São Félix do Xingu percebem sua qualidade de vida como boa, considerando que o instrumento

WHOQOL-bref permite avaliá-la do seguinte modo: Péssima: 0-5; Ruim: 6-10; Boa: 11-15 e Ótima: 16-20, numa escala entre 0 e 20.

Tabela 11 - Domínios de qualidade de vida (0 a 20)

	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Físico	15,69	2,34	16,00	7,43	20,00
Psicológico	15,49	2,34	15,67	8,00	20,00
Relações sociais	15,57	2,96	16,00	5,33	20,00
Meio ambiente	13,14	2,32	13,00	7,00	19,50
GERAL	14,83	1,90	14,92	9,23	19,54

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ao responderem à questão do PNUD sobre a visão geral da própria qualidade de vida, 35,5% a avaliaram com nota 8; 26% atribuíram nota 10; 15,7% nota 7 e 7,9% nota 9.

Pode-se depreender pela Tabela 12 que a maior parte da população analisada percebe-se com boa qualidade de vida.

Tabela 12 - De uma escala de 0 a 10, onde o 0 significa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível.

		n	%
Qualidade de vida	0	1	0,4
	3	1	0,4
	4	4	1,7
	5	18	7,4
	6	12	5,0
	7	38	15,7
	8	86	35,5
	9	19	7,9
	10	63	26,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

4.2.2.1. Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio físico

Na Tabela 11, referente ao WHOQOL-bref, o domínio físico obteve avaliação média de 15,69, com uma variação de 7,43 a 20, podendo ser classificado como bom.

Para melhor entender a percepção dos indivíduos acerca do domínio físico, passaremos a colacionar os dados referentes a esse domínio obtidos por meio dos questionários do PNUD e do WHOQOL-bref.

De acordo com a Tabela 13, 35,8% dos respondentes estão muito satisfeitos com sua saúde e 32,5% estão muito satisfeitos com sua imagem ou aparência física. Para ambas as perguntas, a maioria atribuiu notas que variaram de 8 a 10, constatando-se que estão satisfeitos com esses aspectos da vida.

Tabela 13 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246)

		n	%
Sua saúde	0	1	0,4
	1	2	0,8
	2	2	0,8
	3	2	0,8
	4	4	1,6
	5	12	4,9
	6	15	6,2
	7	30	12,3
	8	41	16,9
	9	47	19,3
	10	87	35,8
Sua imagem ou aparência física	1	3	1,2
	3	2	0,8
	4	6	2,5
	5	15	6,2
	6	11	4,5
	7	24	9,9
	8	62	25,5
	9	41	16,9
	10	79	32,5

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na Tabela 14, verifica-se que a maioria dos respondentes (89,3%) não recebe nenhum tratamento farmacológico ou psicológico.

Tabela 14 - Tratamento farmacológico ou psicológico

		n	%
Atualmente faz tratamento psicológico ou farmacológico para tratar depressão, ansiedade ou outro problema?	Sim	25	10,3
	Não	217	89,3

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na Tabela 15, verifica-se que 81,6% utilizam-se do sistema público de saúde e 18,4% do sistema privado de saúde.

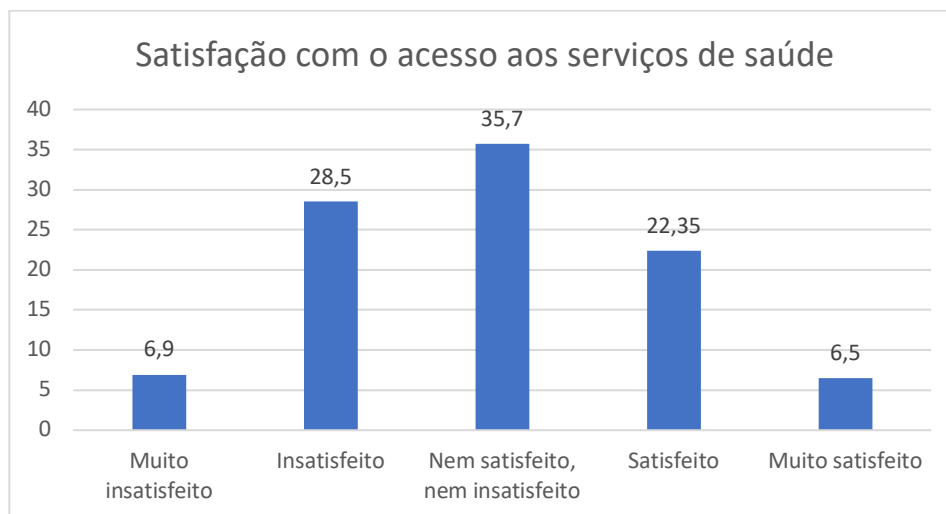
Tabela 15 - Sistema de saúde

	n	%
Qual o seu sistema de saúde?		
Público	199	81,6
Privado	45	18,4

Fonte: Dados da pesquisa de campos.

No Gráfico 3, constata-se que 35,4% dos respondentes não estão satisfeitos com o acesso aos serviços de saúde (muito insatisfeitos e insatisfeitos), 35,7% não estão insatisfeitos, nem satisfeitos (neutro) e 28,85% estão satisfeitos (satisfeitos e muito satisfeitos). Assim, tendo em vista que 81,6% se utilizam do serviço público de saúde (Tabela 15), este dado demonstra certo grau de insatisfação com o serviço oferecido.

Gráfico 3 - Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Conforme consta na Tabela 16, caso os entrevistados quisessem receber ou necessitassem de receber atenção psicológica profissional, 36,6% responderam que consideravam pouco possível o acesso a essa atenção, e 30,1% algo possível.

Tabela 16 – Possibilidade de acesso a tratamento psicológico

	n	%
Totalmente possível	30	12,2

Continua

		Continuação	
		n	%
Se você quisesse receber ou necessitasse de receber atenção psicológica profissional, qual a sua possibilidade de ter acesso a esse tratamento?	Algo possível	74	30,1
	Pouco possível	90	36,6
	Nada possível	26	10,6
	Não sei responder	26	10,6

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando as Tabelas 13 e 14, observa-se que os entrevistados encontram-se satisfeitos com sua saúde e aparência.

No entanto, ao se considerar as Tabelas 15 e 16 e o Gráfico 3, percebe-se uma certa insatisfação com o acesso à saúde, porém essa insatisfação não está tão longe de uma razoabilidade, pois a maior proporção (35,7%) declarou-se neutra (nem insatisfeito, nem satisfeito) e, apesar de 90 pessoas responderem que consideram pouco possível ter acesso a tratamento psicológico (36,6%), 74 pessoas responderam que isso é algo possível (30,1%).

Ao se verificar os dados documentais dos indicadores sociais apresentados na subseção 4.1, infere-se que a proporção de leitos hospitalares por habitantes em 2020 diminuiu, comparando-se ao ano de 2006, fator que pode indicar o descontentamento com os serviços oferecidos.

Quanto ao índice de mortalidade infantil, a média brasileira é de 12,35 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2018), enquanto em São Félix do Xingu é de 14,01 (IBGE, 2017). Embora a média local seja maior que no âmbito nacional, quando se comparam os anos anteriores, verifica-se que a taxa municipal diminuiu em comparação ao ano de 2016, quando foi de 18,16 (IBGE, 2016).

Confrontando-se os dados dos questionários aplicados com o IDH-M Longevidade, cujo índice é de 0,798 (IDH-M, 2010), o maior entre os índices componentes do IDH-M, nota-se que existem pontos de divergência, mas também de aproximação, na medida em que houve a diminuição da taxa de mortalidade infantil, mas ainda permanecem altos os índices de mortalidade externa.

O mesmo ocorre em relação ao IFDM – Saúde, que se apresenta regular, com índice 0,5453, sendo esse também o de maior proporção em comparação ao IFDM – Educação e IFDM – Emprego e Renda.

Diante desses resultados, compreende-se que, de modo geral, as pessoas estão satisfeitas quanto ao domínio físico.

Considerando a perspectiva da Organização Mundial de Saúde (OMS), pode-se afirmar que os indivíduos têm a percepção de que suas necessidades estão sendo atendidas, independentemente de seu estado de saúde físico ou de suas condições sociais e econômicas (OMS, 1998).

Assim, conjugando a percepção da população urbana com o IDH-M e o IFDM, percebe-se que se encontram em sintonia, podendo-se falar em desenvolvimento, pois de acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000, p.10), o IDH representa uma mudança de perspectiva na avaliação do desenvolvimento, com enfoque direto nas pessoas, em suas oportunidades e capacidades.

Na perspectiva das liberdades de Sen (2010), as oportunidades sociais a que o indivíduo tem acesso, tais como os serviços de educação e saúde, possibilitam que este viva melhor. Desse modo, à medida que a qualidade de vida melhora, estando a saúde intimamente ligada a esse conceito, melhora-se também o desenvolvimento da região (Sen, 2010).

As condições de saúde da população afetam sua capacidade de desenvolvimento econômico, uma vez que ao indivíduo saudável possibilita-se uma maior participação em atividades políticas e econômicas e a manutenção das relações sociais, de modo que este possa desfrutar de maior liberdade.

Ademais, é importante o planejamento de políticas públicas voltadas para a saúde, para auxiliar o gestor quanto ao direcionamento de recursos para investimentos em infraestrutura e recursos humanos, a fim de prover o atendimento adequado aos munícipes.

Nesse aspecto, retoma-se a discussão da garantia da implementação dos direitos fundamentais, como o direito à vida e, em especial, os direitos sociais, que incluem o direito à saúde e à alimentação, para o pleno desenvolvimento da pessoa e para o seu bem-estar físico, mental e social.

Dentro dessa temática dos direitos sociais, Dias (2011, p. 203) traz à discussão o direito à felicidade como uma pauta atual, a qual se pode atrelar ao desenvolvimento e se correlacionar com as liberdades instrumentais de Sen. O sujeito que desfruta de boas oportunidades sociais convive melhor em sociedade e

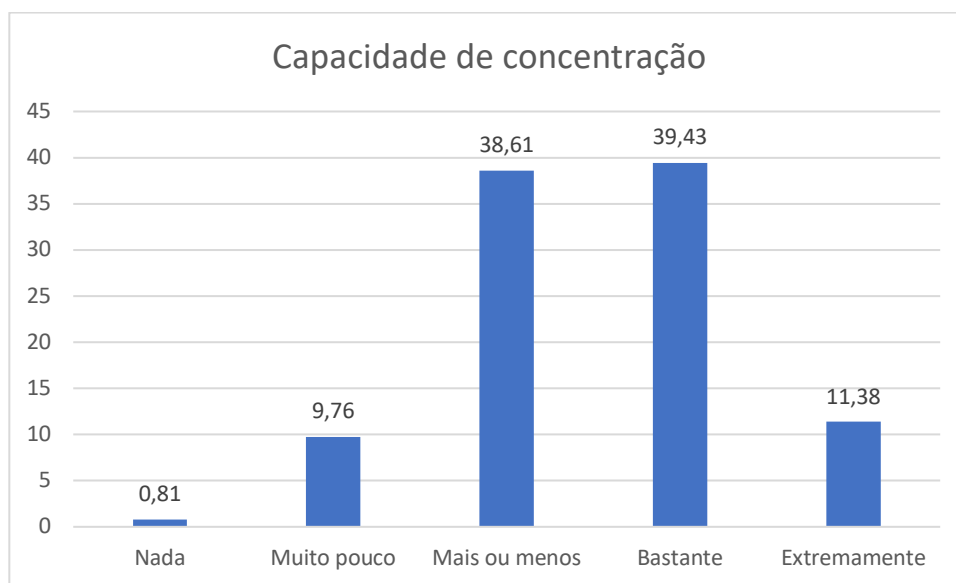
desempenha seu papel de forma mais crítica e consciente, contribuindo para o desenvolvimento do local em que vive.

4.2.2.2. Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio psicológico

O domínio psicológico do WHOQOL-bref (Tabela 11) apresenta escore 15,49, com variação entre 8 e 20, podendo ser classificado como bom.

No Gráfico 4 verifica-se que 39,43% responderam que conseguem se concentrar bastante, 38,61% mais ou menos e 0,81% não conseguem se concentrar. Interessante notar que dada a faixa etária dos participantes da pesquisa, estes possuem nível adequado de concentração.

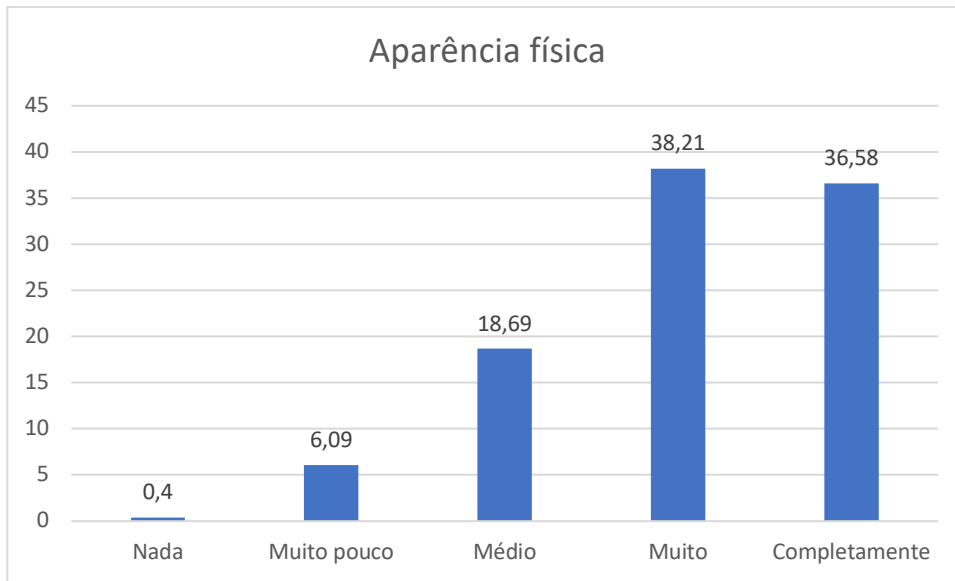
Gráfico 4 - O quanto você consegue se concentrar?



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na Tabela 13, quanto à aparência física, somando-se as notas 8, 9 e 10, verifica-se que 74,9% estão satisfeitos com sua imagem ou aparência física. Na questão 11 do WHOQOL-bref, cujos resultados estão expostos no Gráfico 5, constatou-se que 74,79% (soma das respostas muito e completamente) são capazes de aceitar sua aparência física. Verifica-se, portanto, respostas coerentes nos dois questionários.

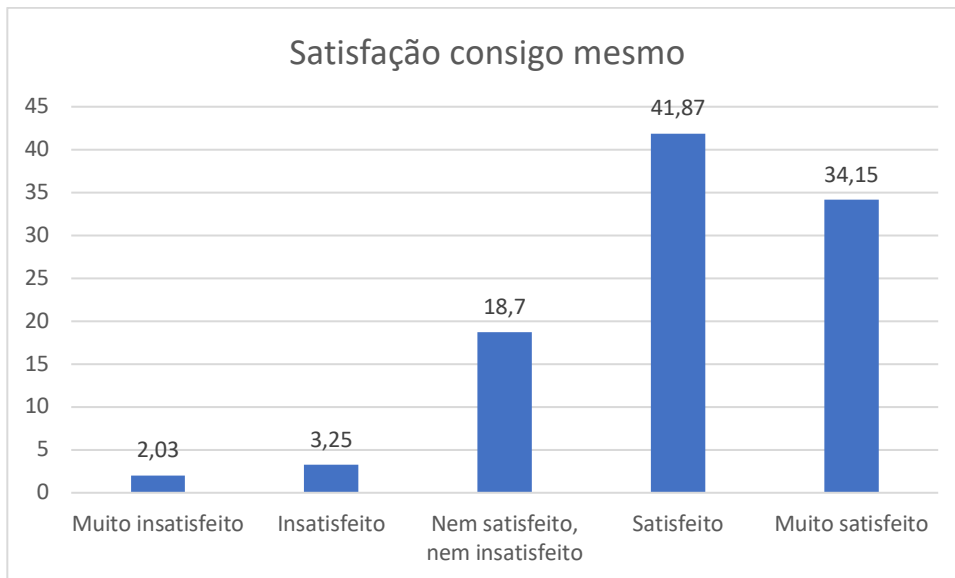
Gráfico 5 - Você é capaz de aceitar sua aparência física?



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quanto ao índice de satisfação consigo mesmo, 41,87% declararam-se satisfeitos e 34,15% muito satisfeitos, conforme se verifica no Gráfico 6.

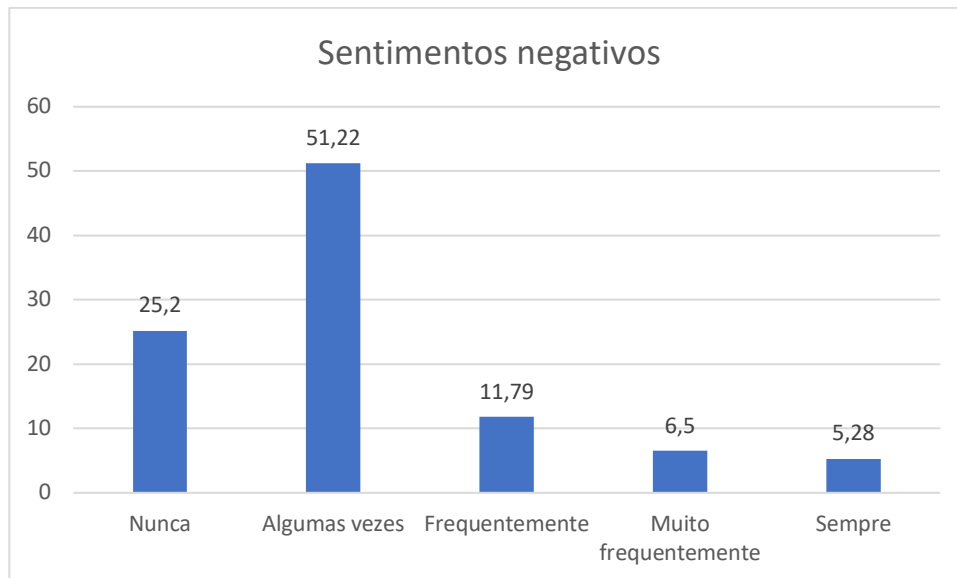
Gráfico 6 - Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Sobre a frequência de sentimentos negativos, segundo o Gráfico 7, 25,2% afirmaram não tê-los, 51,22% tê-los algumas vezes, 11,79% tê-los frequentemente, 6,5% muito frequentemente e 5,28% sempre.

Gráfico 7 - Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como: mau humor, desespero, ansiedade, depressão?



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Confrontando-se os dados obtidos no questionário WHOQOL-bref com os do PNUD, percebe-se que a percepção da população de São Félix do Xingu para o domínio psicológico é boa.

Os sentimentos, a concentração, a autoestima, a imagem corporal e a aparência são satisfatórios para esse domínio. Esses fatores são importantes para a percepção da qualidade de vida, uma vez que o bem-estar individual influencia na visão do indivíduo sobre o ambiente em que vive.

Além disso, uma convivência melhor é capaz de tornar os indivíduos mais empáticos e participativos, refletindo também nas liberdades de que o indivíduo pode desfrutar e, por consequência, no desenvolvimento do meio em que está inserido.

Sachs (2009), ao tratar sobre desenvolvimento e direitos da humanidade, aponta para essa mesma direção, em que uma sociedade integrada é fomentadora e garantidora das relações humanas, o que permite que os indivíduos sejam instrumentos e agentes do seu próprio desenvolvimento pessoal e, por consequência, da comunidade.

Nesse ponto, considerando-se as liberdades instrumentais de Sen (2010), especialmente a que descreve as oportunidades sociais, indivíduos com nível satisfatório no domínio psicológico tendem a apresentar uma percepção maior de

integração com a comunidade e, por consequência, se inteirar mais sobre os acontecimentos e participar ativamente da tomada de decisões.

4.2.2.3. Percepção da qualidade de vida relacionada ao domínio social

O domínio social percebido é classificado como bom, com escore 15,57, conforme a Tabela 11, na subseção 4.2.2, na qual estão demonstrados todos os domínios de qualidade de vida.

Na Tabela 17, sobre a relação com os filhos, onde 'não se aplica' significa pessoas que não têm filhos, verifica-se um percentual de 41,6% que classificam essa relação com muita satisfação.

No geral, as notas atribuídas são acima de 5, podendo-se considerar esse item como satisfatório.

Tabela 17 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246)

		n	%
A relação com seus filhos	1	1	0,4
	5	4	1,6
	6	3	1,2
	7	9	3,7
	8	16	6,6
	9	18	7,4
	10	101	41,6
	Não se aplica	91	37,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nesse domínio, ao se verificar a satisfação das pessoas com a relação com seus pais, percebe-se na Tabela 18 que esta pode ser classificada como muito satisfatória, com 65,3% de nota 10, devendo-se levar em consideração também que as notas 8 e 9 representam conjuntamente 23,2% da amostra, classificando a relação como satisfatória.

Tabela 18 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246)

		n	%
A relação com seus pais	1	1	0,4
	2	1	0,4
	4	3	1,2
	5	1	0,4
	6	9	3,7
	7	13	5,4
	8	28	11,6
	9	28	11,6
	10	158	65,3

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O mesmo pode-se verificar na Tabela 19 sobre a satisfação da relação com os parentes, sendo que 35,1% se declararam muito satisfeitos e 47,5% (soma das notas 7, 8 e 9) declararam-se satisfeitos.

Tabela 19 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246)

		n	%
A relação com seus parentes	0	1	0,4
	1	2	0,8
	2	3	1,2
	3	7	2,9
	4	4	1,7
	5	16	6,6
	6	9	3,7
	7	25	10,3
	8	48	19,8
	9	42	17,4
	10	85	35,1

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A família pode ser compreendida como um importante círculo social, sendo o primeiro vínculo na vida do indivíduo, que vai protegê-lo, apoiá-lo e dar-lhe o sentimento de pertencimento. Isso também contribui para o desenvolvimento regional, já que a pessoa aprende o seu papel social e torna-se responsável e ciente de seus direitos e deveres para com a sociedade (Silva, 2016).

Segundo Souza e Oliveira (2011 *apud* SILVA, 2016, p. 67), “a família é uma unidade social que desempenha papéis fundamentais para o crescimento psicológico dos indivíduos. É uma organização de apoio, proteção, limites e socialização”.

Essa proteção familiar pode ser relacionada com a liberdade instrumental de Sen (2010) denominada garantia de transparência, a qual por sua vez se relaciona com o primeiro contato com os padrões éticos de conduta dos indivíduos. A célula familiar é a primeira unidade gregária que ensina o grau de liberdade ao lidar com outras pessoas, bem como a sinceridade. A questão ganha maior relevância ao se perceber a influência direta desses ensinamentos no modo como as pessoas vão lidar com o desenvolvimento de sua localidade, bem como suas reações às questões de corrupção e irresponsabilidade financeira, que prejudicam todos os níveis de desenvolvimento (MARTINS, 2016).

Na Tabela 20, nota-se que 41,2% declararam-se muito satisfeitos com a relação que possuem com seus amigos e, somando-se os percentuais das notas 7, 8 e 9, chega-se a 45,7% satisfeitos.

Tabela 20 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246)

		n	%
Seus amigos	1	7	2,9
	2	1	0,4
	3	1	0,4
	4	6	2,5
	5	7	2,9
	6	10	4,1
	7	23	9,5
	8	53	21,8
	9	35	14,4
	10	100	41,2

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na Tabela 21 consta que, em termos gerais, 43% dos respondentes passou com muita pouca frequência por situações de discriminação.

Tabela 21 - Situações de discriminação

		n	%
Em termos gerais, com qual frequência você passa por situações de discriminação?	Com muita pouca frequência	105	43,0
	Com pouca frequência	46	18,9
	Com alguma frequência	24	9,8
	Muito frequentemente	7	2,9
	Não sei responder	62	25,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando-se os dados acima expostos, chega-se à conclusão de que a população urbana de São Félix do Xingu tem poucos problemas relacionados a situações de discriminação. Esse dado se coaduna com a pesquisa referente ao município de Avelinópolis/GO, desenvolvida por Pinto (2015).

No entanto, considerando-se as notícias veiculadas em jornais e na televisão sobre questões discriminatórias no Brasil, propõe-se uma reflexão crítica sobre esse dado, acerca do motivo de as percepções micro e macro diferirem, para se alcançar a realidade dos fatos.

Um fator que pode ser questionado é a possível timidez do participante em relação ao pesquisador e o fato de a pessoa não se sentir à vontade, ou não querer expor sua intimidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 3º, IV, estabelece como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

A inserção social do indivíduo contribui para o desenvolvimento da sociedade, pois os fatores protetivos sociais o levam à plenitude. Por outro lado, a vivência de fatores sociais de risco pode excluí-lo do convívio social e privá-lo de importantes liberdades, resultando em vivências negativas e na exposição a situações de violência, uso de drogas, preconceito, fome, empobrecimento e a perigos de rua, entre outros (SILVA, 2016).

Em consulta ao sítio eletrônico do TSE para as eleições de 2020 no município, encontrou-se 217 pedidos de candidatura, sendo 7 candidatos ao cargo de prefeito e 203 ao cargo de vereador.

Do total de candidatos, 65,9% declararam-se do gênero masculino e 34,1% do gênero feminino, sendo que, no mandato de 2017 a 2020, o Executivo Municipal foi chefiado por uma mulher. Quanto ao critério cor/raça, 52,07% declararam-se pardos, 28,57% brancos, 14,29% pretos e 1,38% indígenas (TSE, 2020).

Em relação ao convívio social, levando-se em consideração a relação com os filhos, com os pais e com os amigos, essas foram classificadas, de um modo geral, como satisfatórias ou muito satisfatórias.

As relações sociais são importantes para o desenvolvimento do ser humano, uma vez que é por meio da interação social que os indivíduos aprendem e tomam conhecimento de si e do mundo, formando sua identidade.

As habilidades sociais desenvolvidas contribuem para que as pessoas tenham melhor convívio social, aprimorando seu comportamento. O engajamento social proporciona bem-estar físico e mental (RESENDE *et al.*, 2006).

4.2.2.4. Percepção da qualidade de vida relacionada ao meio ambiente

O domínio meio ambiente foi o que pontuou o menor escore, com 13,14 e variação entre 7 e 19,50 (Tabela 11, subseção 4.2.2). No entanto, considerando a classificação de 11 a 15 como boa, esse domínio também pode ser classificado como bom.

A questão 14 do formulário do PNUD abordava o quanto eram adequados ou inadequados alguns aspectos da moradia do respondente.

Na Tabela 22, vemos que 80,1% consideraram adequados o estado ou a qualidade dos materiais de sua moradia, 71,1% responderam que a qualidade dos serviços básicos era adequada, 77,6% que o aspecto ou aparência da moradia eram adequados, e 72% que eram adequados o espaço e privacidade para cada membro da residência.

Tabela 22 - Aspectos da moradia

	n	%
Adequado	197	80,1

Continua

		Continuação	
		n	%
O estado ou qualidade dos materiais de sua moradia?	Inadequado	25	10,2
	Não respondeu	24	9,8
A qualidade dos serviços básicos de sua moradia?	Adequado	175	71,1
	Inadequado	47	19,1
	Não respondeu	24	9,8
O aspecto ou aparência de sua moradia?	Adequado	191	77,6
	Inadequado	31	12,6
	Não respondeu	24	9,8
O espaço e privacidade para cada membro de sua moradia?	Adequado	177	72,0
	Inadequado	45	18,3
	Não respondeu	24	9,8

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Perguntados sobre a possibilidade de mudança de residência, caso necessitassem adequá-la ou reformá-la, 46,1% responderam que seria possível (soma das respostas totalmente possível e possível) e 49% afirmaram que a mudança não seria possível (soma das respostas pouco possível e nada possível). Esses resultados podem ser visualizados na Tabela 23.

Tabela 23 - Possibilidade de mudança

		n	%
Se você precisasse mudar de casa ou reformá-la para adequá-la melhor as suas necessidades, o quanto isso seria possível?	Totalmente possível	38	15,5
	Possível	75	30,6
	Pouco possível	88	35,9
	Nada possível	32	13,1
	Não sei responder	12	4,9

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Considerando o quesito segurança, na Tabela 24, 24,4% responderam que consideram muito provável ser vítima de roubo ou de tentativa de roubo em casa, e 50% afirmaram que seria muito provável ocorrer na rua, automóvel ou lugar público. Depreende-se, portanto, que a população se sente mais segura em casa do que fora dela. Além disso, esse dado pode ser confrontado com a taxa de mortalidade por causas externas (Tabelas 2 e 3), podendo-se inferir que o receio de ser vítima de

violência é fundamentado pelas taxas de mortalidade por causas externas apresentadas.

Tabela 24 - Probabilidade de ser vítima de roubo ou tentativa de roubo

		n	%
O quanto acha mais provável, você ou alguém de sua casa, ser vítima de roubo ou tentativa de roubo em casa?	Muito provável	60	24,4
	Medianamente provável	74	30,1
	Pouco provável	91	37,0
	Nada possível	21	8,5
O quanto acha mais provável, você ou alguém de sua casa, ser vítima de roubo ou tentativa de roubo na rua, automóvel ou em lugar público?	Muito provável	122	50,0
	Medianamente provável	58	23,8
	Pouco provável	50	20,5
	Nada possível	14	5,7

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na Tabela 25, verifica-se que 72,4% responderam que, nos últimos doze meses, nunca foram vítimas de qualquer delito dentro ou fora de casa, 21,1% já foram vítimas uma vez e 6,5% mais de uma vez.

Tabela 25 - Vítimas de delito nos últimos doze meses

		n	%
Nos últimos doze meses, quantas vezes você foi vítima de algum tipo de delito, tal como roubo, dentro ou fora de sua casa?	Mais de uma vez	16	6,5
	Uma vez	52	21,1
	Nunca	178	72,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A qualidade ambiental contribui para a qualidade de vida, pois como bem pontuam Vieira e Santos (2012, p. 364/365) as relações sociais entre os indivíduos da região e o ambiente no qual estão inseridos contribuem para a melhora na qualidade de vida, uma vez que essas relações impactam no desenvolvimento local, com melhoria das condições socioeconômicas.

Nesse domínio, também é importante relacionar os aspectos econômicos, pois estes têm o condão de influenciar na percepção da qualidade de vida.

Na Tabela 26, nota-se que 47,6% responderam que consideram difícil e 15,9% muito difícil encontrar trabalho com remuneração aceitável, enquanto 24,8%

consideraram fácil e 5,3% muito fácil, o que pode ser explicado devido ao conceito remuneração aceitável ser também um critério subjetivo para cada indivíduo, no que diz respeito às aspirações de consumo.

Tabela 26 - Grau de dificuldade para encontrar trabalho

		n	%
Se hoje quisesse encontrar um trabalho com remuneração aceitável para você, qual seria a dificuldade?	Muito fácil	13	5,3
	Fácil	61	24,8
	Difícil	117	47,6
	Muito difícil	39	15,9
	Não sei responder	16	6,5

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quanto à confiança dos entrevistados de que não perderiam o emprego nos próximos 12 meses, 51,2% (soma das respostas bastante confiança e confiança absoluta) demonstraram confiança da estabilidade de seu trabalho.

E, caso quisessem mudar de trabalho, 4,5% disseram que isso é totalmente possível, 31,8% afirmaram que é possível, 39,3% pouco possível e 9,9% nada possível. Assim, a percepção é de que não é tão fácil mudar de emprego (Tabela 27).

Tabela 27 - Estabilidade de mudança de emprego

		n	%
Pensando em seu trabalho atual, qual a confiança de que não o perderá nos próximos 12 meses?	Nenhuma confiança	17	7,1
	Pouca confiança	46	19,2
	Bastante confiança	68	28,3
	Confiança absoluta	55	22,9
	Não sei responder	54	22,5
Se você quisesse mudar para um trabalho que lhe desse mais segurança, qual seria a dificuldade?	Totalmente possível	11	4,5
	Possível	77	31,8
	Pouco possível	95	39,3
	Nada possível	24	9,9
	Não sei responder	35	14,5

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Prosseguindo com o estudo, a fim de se avaliar a confiança da população no ambiente em que vivem, foram elaboradas as tabelas a seguir, com base nas questões do PNUD, em que se avalia a confiança em instituições e serviços.

Na Tabela 28, verifica-se que 63,4% afirmaram que possuem pouca confiança e 17,9% nenhuma confiança de que receberão tratamento médico de forma oportuna, e 58,5% têm pouca confiança e 14,6% nenhuma confiança na boa qualidade do tratamento médico, caso precisem tratar uma enfermidade catastrófica ou crônica.

Tabela 28 - Confiança no tratamento médico

		n	%
Quanta confiança você tem que receberá o tratamento médico de forma oportuna?	Absoluta confiança	8	3,3
	Bastante confiança	38	15,4
	Pouca confiança	156	63,4
	Nenhuma Confiança	44	17,9
Quanta confiança você tem que a qualidade do tratamento médico será boa?	Absoluta confiança	10	4,1
	Bastante confiança	55	22,4
	Pouca confiança	144	58,5
	Nenhuma Confiança	36	14,6

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No que diz respeito à confiança nas organizações, segundo a Tabela 29, tem-se que a população apresenta confiança média nas instituições religiosas (igrejas católica e evangélica), e pelas porcentagens pode-se inferir que a maioria dos respondentes é evangélica. Também apresenta confiança média nos meios de comunicação e no Tribunal de Justiça. Já quanto ao governo, partidos políticos, deputados e senadores, prefeitura municipal e organizações sociais, apresentam pouca ou nenhuma confiança. Em relação às grandes empresas privadas, 34,1% possuem confiança média e 34,6% pouca confiança, estando os índices empatados.

É interessante conhecer o nível de confiança apresentado pela população pesquisada nas instituições, uma vez que estas desempenham papel integrador e informador na sociedade, favorecendo a convivência dos indivíduos entre si. A não correspondência das instituições às expectativas do cidadão pode levar a um descontentamento e ao seu questionamento, o que poderia afetar até mesmo a democracia. Desse modo, é importante que se revertam os baixos níveis de confiança, para que não motivar atentados ao Estado Democrático de Direito (RUSSO *et al.*, 2018).

Tabela 29 - Confiança nas organizações

		n	%
Igreja Católica	Muita confiança	54	22,0
	Confiança média	83	33,9
	Pouca confiança	62	25,3
	Nenhuma confiança	46	18,8
Igreja Evangélica	Muita confiança	83	33,9
	Confiança média	90	36,7
	Pouca confiança	54	22,0
	Nenhuma confiança	18	7,3
Meios de comunicação	Muita confiança	38	15,8
	Confiança média	101	41,9
	Pouca confiança	84	34,9
	Nenhuma confiança	18	7,5
Tribunais de Justiça	Muita confiança	33	13,5
	Confiança média	99	40,6
	Pouca confiança	80	32,8
	Nenhuma confiança	32	13,1
Governo	Muita confiança	11	4,5
	Confiança média	38	15,4
	Pouca confiança	102	41,5
	Nenhuma confiança	95	38,6
Partidos Políticos	Muita confiança	1	0,4
	Confiança média	18	7,3
	Pouca confiança	93	38,0
	Nenhuma confiança	133	54,3
Deputados e Senadores	Muita confiança	2	0,8
	Confiança média	22	9,1
	Pouca confiança	93	38,3
	Nenhuma confiança	126	51,9
Grandes empresas privadas	Muita confiança	22	8,9
	Confiança média	84	34,1
	Pouca confiança	85	34,6
	Nenhuma confiança	55	22,4
Prefeitura Municipal	Muita confiança	5	2,0
	Confiança média	29	11,9
	Pouca confiança	100	41,0

Continua

		Continuação	
		n	%
Organizações sociais	Nenhuma confiança	110	45,1
	Muita confiança	16	6,5
	Confiança média	72	29,3
	Pouca confiança	106	43,1
	Nenhuma confiança	52	21,1

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Considerando-se o questionário elaborado com base nas questões do PNUD, na Tabela 30 pode-se verificar que, somando-se as notas do intervalo de 7 a 10, 70,7% estão satisfeitos com suas oportunidades de diversão.

Tabela 30 - De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida? (n=246)

		n	%
Suas oportunidades de diversão	0	1	0,4
	1	10	4,1
	2	6	2,5
	3	2	0,8
	4	10	4,1
	5	21	8,6
	6	21	8,6
	7	28	11,5
	8	63	25,9
	9	20	8,2
10	61	25,1	

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Do acima exposto, pode-se concluir que grande parte dos respondentes da pesquisa considera adequado o meio em que vivem, porém é importante dar lugar a algumas reflexões.

Os entrevistados responderam que se sentem mais seguros em casa do que na rua. Essa problemática merece enfrentamento. Segundo os dados da FAPESPA (Tabela 6, subseção 4.1), no ano de 2013 houve 138 crimes contra a pessoa, 286 crimes contra o patrimônio e 115 crimes violentos. Comparando-o com o ano de 2012, verifica-se que houve aumento de 49 casos nos crimes contra o patrimônio e dois casos a mais de crimes violentos e diminuição dos crimes contra a pessoa. Porém, no

site da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, foi noticiado que investimentos no sistema de segurança pública têm refletido na queda da criminalidade. A nível estadual, comparando-se o dia 1º de janeiro de 2021 com o mesmo dia em 2020, houve redução de 60% em crimes letais e intencionais, havendo também redução da quantidade de crimes contra a vida nos oito primeiros meses de 2020 (SEGUP, 2020 e 2021).

Outro ponto sensível diz respeito à distribuição de renda. Embora o município de São Félix do Xingu se destaque pela aptidão ao agronegócio, com um rebanho bovino de 2.256.734 cabeças (IBGE, 2018), esse fato não parece beneficiar o conjunto da população. De acordo com o *site* do IBGE, o PIB *per capita* em 2017 era de R\$ 11.157,74; no entanto, consta que 44,8% da população tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2010). Ademais, no ano de 2017 o percentual da população ocupada era de 4,0% (IBGE, 2017). Como visto acima na Tabela 27, 47,6% dos respondentes declararam que consideram difícil e 15,9% muito difícil encontrar trabalho com remuneração aceitável.

De acordo com o Índice FIRJAN, o IFDM – Emprego e Renda do município em 2016 foi de 0,4193. Embora esteja dentro do nível regular, o desenvolvimento dessa área está bem próximo de ser considerado baixo (FIRJAN, 2016).

No que tange à saúde, 63,4% dos respondentes afirmaram ter pouca confiança de que receberão tratamento médico de forma oportuna, e 58,5% têm pouca confiança na boa qualidade do tratamento médico caso precisem tratar uma enfermidade catastrófica ou crônica (Tabela 28, subseção 4.2.2.4). Confrontando esses dados com os dados estatísticos obtidos por meio do Índice FIRJAN, verifica-se que o IFDM – Saúde obteve pontuação de 0,5453, situando-se no desenvolvimento regular (FIRJAN, 2016).

O IDH-M Educação apresentou pontuação 0,411 em 2010, sendo o mais baixo dos três índices que compõem o IDH-M. Embora em 10 anos tenha melhorado, saindo em 2000 de 0,168, ainda há muito que se investir e melhorar nessa área (IBGE, 2010). O IFDM – Educação apresentou escore 0,5100 (FIRJAN, 2016).

Os dados do IBGE referentes a São Félix do Xingu mostram que a nota do IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017] foi 4,0 e no IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017] foi 3,0. Em consulta ao site do IDEB, para o ano de 2019, a meta municipal projetada para a 4ª série/5º ano

era de 4,4 e o observado foi de 4,0 e para a 8ª série/9º ano a meta era 5,0 e o obtido foi 2,9. No parâmetro estadual, as metas para 2019 eram 4,6 (anos iniciais) e 4,9 (anos finais), tendo-se alcançado 4,7 e 3,9, respectivamente.

No Brasil, em 2019, considerando-se a dependência administrativa municipal, para os anos iniciais do Ensino Fundamental a meta era de 5,4 e foram atingidos 5,7; para os anos finais do Ensino Fundamental a projeção era de 4,9 e obteve-se 4,5 (IDEB, 2019). Observa-se que ainda há muito que melhorar no campo da educação, a fim de se atingir as metas projetadas para o IDEB para os anos seguintes.

Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário possibilitar ao indivíduo o acesso à liberdade, removendo-se o entrave do analfabetismo, o que lhe permite viver melhor. A educação é um importante fator de oportunidade social, possibilitando acesso a aprendizado, leitura, comunicação e empregabilidade (SEN, 2010). Considerando que esse domínio foi o que obteve escore mais baixo, pode-se inferir que são necessários investimentos e políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, uma vez que o ambiente no qual a pessoa está inserida influencia o seu modo de ver a vida, seu modo de significá-la e a percepção de sua qualidade.

Minayo *et al.* argumentam que a “questão da qualidade de vida diz respeito ao padrão que a própria sociedade define e se mobiliza para conquistar, consciente ou inconscientemente, e ao conjunto das políticas públicas e sociais que induzem e norteiam o desenvolvimento humano” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 16).

Os domínios físico e psicológico, as relações sociais e o meio ambiente, avaliados por meio dos instrumentos aplicados, mostram correlação entre os indicadores sociais e a qualidade de vida no município. Embora existam fatores a serem melhorados, observa-se que, gradativamente, vem-se buscando a melhora dos índices.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a qualidade de vida tem se tornado uma constante entre as populações de pequenas e grandes cidades. Diante dessa premissa, buscou-se nesta pesquisa conhecer a perspectiva da qualidade de vida da população urbana do município de São Félix do Xingu/PA, confrontando-a com seus indicadores sociais.

Os indicadores sociais, organizados na seção 4, foram coletados nos sites de instituições de pesquisas oficiais e, embora não sejam todos referentes ao período de 2019/2020, eram os mais recentes disponibilizados pelos órgãos. Verifica-se a ausência de integração entre as esferas federal, estadual e municipal na disponibilização de dados, o que provavelmente impacta na efetividade do planejamento e da implementação de políticas públicas, ante o desconhecimento das reais necessidades de uma região.

Ainda assim, foi possível coletar índices relevantes para a pesquisa e demonstrá-los por meio de tabelas e gráficos e, mediante a aplicação dos instrumentos, analisou-se a percepção da qualidade de vida dos munícipes residentes na zona urbana com relação aos domínios físico, psicológico, às relações sociais e ao meio-ambiente. Ao final, os dados estatísticos foram confrontados com a percepção da população, podendo-se compreender a relação existente entre eles, lançando-se um olhar humano para além dos índices. Entende-se, portanto, que o objetivo geral e os objetivos específicos, apresentados nas subseções 1.2.1 e 1.2.2, foram satisfatoriamente atendidos.

Os resultados dos instrumentos aplicados mostraram que, de modo geral, a população está satisfeita com a qualidade de vida do município em que residem, ainda que o nível de desenvolvimento humano aferido em 2010, por meio do IDH, seja considerado baixo.

Confrontando-se os dados estatísticos com a percepção das pessoas sobre qualidade de vida, notam-se pontos de aproximação, como a dificuldade de encontrar trabalho relatada pelos participantes e o baixo índice de pessoas ocupadas apresentado pelo IBGE; a insatisfação com o acesso à saúde e o IFDM – Saúde com índice regular, sendo que a taxa de mortalidade infantil no município é de 14,01 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2017), maior que a média brasileira, que é de 12,35 (IBGE, 2018).

Quanto à segurança, observou-se pelas notícias publicadas no *site* da Secretaria Estadual de Segurança Pública que o governo do Estado do Pará tem investido nesse campo, reduzindo o índice estadual de criminalidade, fato que pode impactar na taxa de mortalidade por causas externas, diminuindo-a.

Importante ressaltar que, assim como as demais localidades brasileiras, São Félix do Xingu ainda precisa receber melhorias que desencadeiem um processo de desenvolvimento local, tendo em vista a necessidade de se buscar valores além dos econômicos para o desenvolvimento da região.

Assim, evidencia-se a necessidade da inclusão de novas variáveis na busca do desenvolvimento, transformando a relação do homem com o meio em que está inserido, para que resulte em melhoria da qualidade de vida.

Nessa senda, percebe-se a importância da atuação de variáveis endógenas no processo de desenvolvimento do município foco da pesquisa, a fim de se evitar a disparidade observada em alguns indicadores sociais, como, por exemplo, no PIB.

Observa-se que o município apresenta uma forte vocação para o agronegócio. Porém, de acordo com os dados econômicos, não se observa um impacto na geração de empregos ao se considerar a taxa da população ocupada, tampouco um melhor processo de distribuição de renda. Essa situação revela mais de 40% da população vivendo com até 1/2 salário mínimo *per capita*, além de indicar uma possível exploração e desvalorização do trabalho, o que não contribui para o desenvolvimento local.

O calor desse tema se fundamenta na preocupação com os índices anteriores de Desenvolvimento Municipal que oscilavam muito, e só recentemente alcançaram alguma estabilidade, conforme os dados documentais coletados. Assim, mesmo que haja uma melhora gradativa, ainda que de forma lenta, é importante avançar no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas.

Pode-se perceber que o desenvolvimento da municipalidade impacta positivamente na qualidade de vida dos seus habitantes, já que vai além de uma perspectiva econômica e promove mudanças positivas na vida das pessoas, que podem ser percebidas no dia a dia, como o acesso a serviços públicos de melhor qualidade em saúde, educação e segurança.

Ao se refletir sobre as consequências benéficas, e vislumbrando a limitação do orçamento público quanto aos gastos municipais, as políticas públicas deveriam

estar mais focadas em saúde, educação, segurança e emprego e renda para promover o progresso da população e do município. Outro ponto importante seria que tais políticas, para serem mais efetivas, deveriam ser pensadas em longo prazo. Isso se deve ao fato de que, pelos dados estatísticos levantados, são necessários anos de planejamento e de investimento para estabilizar e melhorar consistentemente os indicadores sociais e a qualidade da vida da população.

REFERÊNCIAS

AGRANONIK, Marilyn; HIRAKATA, Vânia Naomi. Cálculo de tamanho de amostra: proporções. **Clinical & Biomedical Research**, v. 31, n. 3, nov. 2011. ISSN 2357-9730. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/23574/15837>. Acesso em: 09 out. 2020.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 fev. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000300002>.

ATLAS do Desenvolvimento Humano. **Metodologia**. 2020. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AHWsj%2DUGXcU7LKE&cid=124653557C0404EC&id=124653557C0404EC%2122849&parId=124653557C0404EC%2122848&o=OneUp>. Acesso em: 09 fev.2021.

BRASIL. Constituição (1988). *In: Vade Mecum Saraiva*. 25. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

COMENTTO. **Calculadora amostral Comentto**. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>. Acesso em: 31 maio 2020.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993, p. 541.

CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata de *et al.* **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise Ex Ante**. vol 1. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688 Acesso em: 18 mar. 2021

DAGNINO, Ricardo. **Mapa de localização dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu no Pará**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277013760_Mapade_localizacao_dos_municipios_de_Altamira_e_Sao_Felix_do_Xingu_no_Para. Acesso em: 15 out. 2020.

DATASUS. TabNet Win32 3.0: Mortalidade - Pará. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10pa.def> Acesso em: 18 mar. 2021.

DATASUS. TabNet Win32 3.0: CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação – Brasil. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintbr.def>. Acesso em: 18 mar. 2021.

DIAS, Maria Berenice. Direito fundamental à felicidade. **Revista Interdisciplinar de Direito**, [S.l.], v. 8, n. 01, dez. 2011. ISSN 2447-4290. Disponível em: <http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/358>. Acesso em: 03 set. 2019.

FAPESPA. Estatísticas Municipais Paraenses: São Félix do Xingu. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2016. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1039.pdf?id=1617714066>. Acesso em: 05 out. 2019.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <https://www.FIRJAN.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-idade-FIRJAN-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PA&IdCidade=150730&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 14 fev. 2020.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, p. 33-38, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2000.v5n1/33-38/> Acesso em: 05 abr. 2020.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida WHOQOL-bref. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 178-183, abr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102000000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 Fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000200012>.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida *et al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 19-28, mar. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000100006>.

GOOGLE EARTH-MAPAS. Disponível em: <http://mapas.google.com>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GORDIA, Alex Pinheiro *et al.* Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa – PR, v. 03, n. 01, jan./jun. 2011, p. 40-52. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/812/625>. Acesso em: 25 jan. 2020.

HERCULANO, Selene C. *et al.* A qualidade de vida e seus indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 77-99, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Selene_Herculano2/publication/265145567_A_QUALIDADE_DE_VIDA_E_SEUS_INDICADORES/links/59b6affaca2722453a466f8/A-QUALIDADE-DE-VIDA-E-SEUS-INDICADORES.pdf . Acesso em 31 jul. 2010

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-felix-do-xingu/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 14 fev. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-felix-do-xingu/panorama>. Acesso em 14 fev. 2020.

IDEB – **Resultados e Metas**. 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1317443>. Acesso em: 14 out. 20

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p.51-72,2002. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12371/consideracoes-sobre-o-uso--mau-uso-e-abuso-dos-indicadores-sociais-na-formulacao-e-avaliacao-de-politicas-publicas-municipais>. Acesso em: 25 jan. 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, Brasília, abr/jun 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227> Acesso em 26 fev. 2020.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; PRADO, Eliana Leão do; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 331-348, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.

MACEDO, F. C.; PORTO, L. Existe uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 5, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3639> Acesso em: 18 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017a.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, Campo Grande, v.3, n. 5, set. 2002. Disponível em:

<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/570>. Acesso em: 03 set. 2019.
doi:<http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.570>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, p. 7-18, 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf> Acesso em 31 ago. 2019

MORESI, Eduardo *et al.* **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, p. 24, 2003.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa *et al.* Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: experiências e metodologias. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu, MG: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/fip-112/biblio/Nahas2006a.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Lisboa: Hugin Editores, 2000.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>. Acesso em: 08 jun. 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 30 jan. 2020.

OLIVEIRA, Pietro Sebold *et al.* Os índices de bem-estar e felicidade como alternativas para a mensuração do desenvolvimento dos países. **DEBATES VII**, p. 61, 2016. Disponível em:
<https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1934/Debates%20interdisciplinares%20VII.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=62>. Acesso em: 06 out. 2020.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PINTO, Renato Bатуíra Ribeiro. **Percepção de qualidade de vida no município de Avelinópolis - GO e desenvolvimento local**. 2015.107 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté, Taubaté – SP, 2015. Disponível em:
<http://repositorio.unitau.br/jspui/bitstream/20.500.11874/1135/1/Rafael%20Lopes%20Sales%20e%20Silva.pdf> Acesso em: 03 fev. 2020.

PNUD BRASIL. **O que é Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 03 fev. 2020.

RESENDE, Marineia Crosara de *et al.* Rede de relações sociais e satisfação com a vida de adultos e idosos. **Psicologia para América Latina**, México, n. 5, fev. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2006000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 out. 2020.

RIBEIRO NETO, Hugo; GOMES, Jorge. FIB, IDH e PIB: Complementaridades e contrapontos entre os indicadores de desenvolvimento humano e das nações. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: CONINTER, 2013. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/1201.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

RUSSO, Guilherme A.; AZZI, Roberta Gurgel; FAVERI, Charlene. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 365-404, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000200365&lng=en&nrm=iso. access on 10 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018242365>.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro; Garamond, 2009.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores Sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre. v. 20, n. 4, 1993. p. 245-255. ISSN 1806-8987. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/758/1013>. Acesso em: 27 mar.2020.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, n. 1, p. 113-142, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3764>. Acesso em: 31 maio 2020.

SANTOS, Elinaldo Leal *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/rosel/Downloads/215-Texto%20do%20artigo-804-1-10-20120801.pdf>. Acesso em: 02 fev 2020.

SEGUP – Secretaria De Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. Ao intensificar ações de segurança pública, Estado registra queda nos índices de violência pelo 20º mês consecutivo. Disponível em:

<http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/ao-intensificar-acoes-de-seguranca-publica-estado-registra-queda-nos-indices-de-violencia-pelo-20o-mes-consecutivo/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SEGUP – Secretaria De Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. Investimentos no Sistema de Segurança Pública do Pará refletem na queda da criminalidade. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/noticias/investimentos-no-sistema-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-do-par%C3%A1-refletem-na-queda-da-criminalidade>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Rafael Lopes Sales. **Juventude e desenvolvimento**: fatores de risco e proteção de adolescentes do município de Campos do Jordão-SP. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté, Taubaté – SP, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/1135>. Acesso em 13 Nov. 2020.

SOSNOWSKI R. *et al.* Basic issues concerning health-related quality of life. **Central European Journal of Urology**, v. 70, n. 2, p. 206-211, jun. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28721291/> Acesso em: 18 mar. 2021.

TSE. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em: <http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1001:10:13001305655091::NO::> Acesso em 13 out. 20

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-03022010-143611. Acesso em: 25 ago. 2019.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>. Acesso em: 11 fev. 2020.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1. Gênero: () Masculino () Feminino

2. Faixa etária: () 18 a 24 anos () 25 a 34 anos () 35 a 44 anos () 45 a 54 anos
() Mais de 54 anos

3. Nível de escolaridade: () Sem escolaridade () Fundamental incompleto
() Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo
() Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduado

4. Estado Civil: () solteiro(a) () casado(a)/mora com um(a) companheiro(a)
() separado judicialmente/divorciado(a)/desquitado(a) () viúvo(a)

5. Atualmente está empregado(a)? () Sim () Não

6. Tipo de trabalho: () Autônomo () Profissional liberal () Empregado CLT () Cooperado ()
Aposentado () Pensionista () Dona de casa () Estagiário () Estudante
() Servidor Público () Afastado INSS () Outros: _____

7. Ramo de atividade: () Comércio () Indústria () Serviços () Agropecuária () Administração
Pública () Não se aplica

8. Renda: () Não possui () Até 1 salário mínimo () De 2 a 4 salários
() De 4 a 8 salários () Mais de 8 salários

9. Quantos filhos você tem? () Um filho () Dois filhos () Três filhos () Quatro ou mais filhos
() Não tenho filhos

10. Como é sua casa: Própria? () Sim () Não. É em rua calçada ou asfaltada? () Sim ()
Não. Possui abastecimento público de água? () Sim () Não. Tem eletricidade? () Sim () Não.
Possui saneamento (fosse séptica, esgoto)? () Sim () Não

ANEXO A – QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR - QUESTÕES PNUD RESUMIDO

QUESTÕES PNUD RESUMIDO

1. Qual é o nível de educação que você alcançou? Se está estudando, que nível de educação cursa atualmente?

Educação básica incompleta ou inferior	
Básico completo	
Média incompleta	
Média completa	
Formação técnica incompleta	
Formação técnica completa	
Superior incompleto	
Superior completo	
Pós-graduação	
Não soube responder	

2. De uma escala de 0 a 10, onde o 0 significa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível. Onde você se colocaria? _____

3. De 1 a 10, onde 1 é muito insatisfeito e 10 é muito satisfeito, o quanto você está satisfeito com os seguintes aspectos da vida?

A principal atividade que você realiza	
Sua situação econômica	
O bairro ou localidade onde você vive	
A casa onde você vive	
Sua saúde	
Sua imagem ou aparência física	
A relação com seus filhos	
A relação com seus pais	
A relação com seus parentes	
Seus amigos	
Suas oportunidades de diversão	
Suas oportunidades de comprar as coisas que quer ter	

4. Você recebe atualmente alguma espécie de tratamento psicológico ou farmacológico para tratar algum problema de saúde, tal como depressão, ansiedade ou outro? _____

5. Qual o seu sistema de saúde?

Público	
Privado	

6. Pense na necessidade de precisar de tratamento médico por uma enfermidade

catastrófica ou crônica grave como são o câncer ou um infarto, etc.

	Absoluta confiança	Bastante confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança
Quanta confiança você tem que receberá o tratamento médico de forma oportuna?				
Quanta confiança você tem que será capaz de pagar os custos não coberto por seu plano de saúde?				
Quanta confiança você tem que a qualidade do tratamento médico será boa?				

7. Se você quisesse receber ou necessitasse de receber atenção psicológica profissional, qual a sua possibilidade de ter acesso a esse tratamento?

Totalmente Possível	
Algo Possível	
Pouco Possível	
Nada Possível	
Não sei responder	

8. Se hoje quisesse encontrar um trabalho com remuneração aceitável para você, qual seria a dificuldade?

Muito fácil	
Fácil	
Difícil	
Muito difícil	
Não sei responder	

9. Em sua atual ocupação, você é?

Patrão, empregador	
Trabalha por conta própria	
Empregado do setor público	
Empregado do setor privado	
Serviço doméstico	
Do lar	
Forças armadas	

10. Quantas horas trabalha por semana? _____

11. Pensando em seu trabalho atual, qual a confiança de que não o perderá nos próximos 12 meses?

Nenhuma confiança	
Pouca confiança	
Bastante confiança	
Confiança absoluta	
Não sei responder	

12. Se você quisesse mudar para um trabalho que lhe desse mais segurança, qual seria a dificuldade?

Totalmente possível	
Possível	
Pouco possível	
Nada possível	
Não sei responder	

13. Pensando em como vive sua família atualmente e comparando em como viviam a 10 anos, você diria que?

Vivem melhor que a 10 anos	
Vivem da mesma forma que a 10 anos	
Vivem pior que a 10 anos	

14. Considerando suas necessidades e as dos outros membros de sua casa, o quanto são adequados ou inadequados os seguintes aspectos de sua moradia?

O estado ou qualidade dos materiais de sua moradia?	
A qualidade dos serviços básicos de sua moradia?	
O aspecto ou aparência de sua moradia?	
O espaço e privacidade para cada membro de sua moradia?	

15. Se você precisasse mudar de casa ou reformá-la para adequá-la melhor as suas necessidades, o quanto isso seria possível?

Totalmente possível	
Possível	
Pouco possível	
Nada possível	
Não sei responder	

16. O quanto acha que é provável você ou alguém de sua casa ser vítima de roubo ou tentativa de roubo?

	Muito provável	Medianamente provável	Pouco provável	Nada provável
Em sua casa?				
Na rua, automóvel ou em lugar público?				

17. Nos últimos doze meses, quantas vezes você foi vítima de algum tipo de delito, tal como roubo dentro ou fora de sua casa?

Mais de uma vez	
Uma vez	
Nunca	

18. Vou mencionar alguns temas. Independentemente se estes temas te interessam

ou não, peço que me diga se você entende bem estes temas, ou entende de forma mediana, entende pouco ou não os entende.

	Os entende bem	Os entende medianamente	Os entende pouco	Não os entende
As notícias políticas				
As notícias econômicas				
Os trâmites e temas legais				
Os diagnósticos médicos				
A tecnologia				

19. Vou enumerar algumas organizações. Para cada uma, poderia me dizer quanta confiança tem nelas?

	Muita confiança	Confiança média	Pouca confiança	Nenhuma confiança
Igreja Católica				
Igreja Evangélica				
Meios de comunicação				
Tribunais de Justiça				
Governo				
Partidos Políticos				
Deputados e Senadores				
Grandes empresas privadas				
Prefeitura Municipal				
Organizações sociais				

20. Em termos gerais, com que frequência você passa por situações de maltrato?

Com muito pouca frequência	
Com pouca frequência	
Com alguma frequência	
Muito frequentemente	
Não sei responder	

21. Qual seria a possibilidade de você ter êxito nas seguintes situações que vou enumerar?

	Muito possível ter êxito	Possibilidade média de êxito	Pouco possível ter êxito	Nada possível de ter êxito
Se reclamar diante de um mau atendimento no serviço público, para você seria...				
Se reclamar diante de um mau atendimento em uma empresa privada, para você seria...				
Se denunciasses um abuso em seu lugar de trabalho ou estudo, para você seria...				
Se denunciasses um caso de violência familiar, para seria...				

22. Em termos gerais, com que frequência você passa por situações de discriminação?

Com muito pouca frequência	
Com pouca frequência	
Com alguma frequência	
Muito frequentemente	
Não sei responder	

23. Você tem tempo livre nos finais de semana?

Sempre	
Quase sempre	
As vezes	
Quase nunca	
Não sei responder	

24. Normalmente tira férias pelo menos uma semana ao ano fora de sua casa?

Sim	
Não	

25. Vou ler outras atividades. Quero pedir que me diga para cada uma com que frequência as realizou no último ano.

	Mais de 6 vezes	4 ou 5 vezes	2 ou 3 vezes	1 vez	Nunca
Ir a concertos ou espetáculos ao vivo					
Ir ao cinema ou teatro					
Ir ao estádio					

ANEXO B - WHOQOL-BREF

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		muito ruim	Ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5
		muito insatisfeito	Insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre **o quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	médio	muito	completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia a dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem bom	bom	muito bom
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5
		muito insatisfeito	Insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	Muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5

21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que frequência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		nunca	algumas vezes	frequentemente	muito frequentemente	sempre
26	Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?

.....

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?

.....

Você tem algum comentário sobre o questionário?

.....

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

1. Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo analisar a relação entre a percepção da qualidade de vida da população do Município de São Félix do Xingu/PA e os indicadores sociais.

2. Participantes da pesquisa: Indivíduos, maiores de 18 anos, do sexo feminino ou masculino, independente de nível sócio econômico e que residam no município há mais de seis meses.

3. Envolvimento na pesquisa: Ao se integrar neste estudo você deve participar de um procedimento para a coleta de dados que será conduzido por Shelly Borges de Souza, aluna de Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté/SP. O procedimento consiste nas seguintes etapas: Você deverá responder algumas perguntas por meio de questionário estruturado por meio de escala, a partir das devidas instruções. Você terá tempo livre para responder ao solicitado e eventuais dúvidas serão esclarecidas no momento da aplicação.

É previsto um único contato com cada participante, que deve durar aproximadamente 1 hora e 30 minutos, entretanto, caso o participante se sinta cansado e assim desejar, a coleta de dados poderá ser dividida em dois encontros. Você tem a liberdade de recusar a sua participação, sem qualquer prejuízo para você. Solicitamos sua colaboração garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa entrando em contato com a Pesquisadora responsável Shelly Borges de Souza através do telefone (63) 98481-6797 (inclusive ligações a cobrar) ou com a orientadora Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira através do telefone (12)98132-6333 (inclusive ligações a cobrar).

4. Riscos: A pesquisa apresenta risco mínimo. O possível risco que a pesquisa poderá causar é que o (a) Sr. (a) se sinta desconfortável emocionalmente, inseguro ou não deseje fornecer alguma informação pessoal solicitada pela pesquisadora. Com vistas

em prevenir possíveis riscos gerados pela presente pesquisa ficam-lhe garantidos os direitos de anonimato, de abandonar a pesquisa a qualquer momento, de deixar de responder qualquer pergunta que julgue por bem assim proceder, bem como solicitar para que os dados fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os procedimentos utilizados não oferecem riscos à sua dignidade.

5. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados serão identificados com um código, e não com o nome. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

6. Benefícios:

6.1 Benefício direto: Participar da presente pesquisa poderá possibilitar sua reflexão e maior compreensão sobre o município em que habita e a percepção da qualidade de vida da comunidade local.

6.2 Benefício indireto: O conhecimento adquirido poderá subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local.

7. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

8. Você terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você pode a qualquer momento, retirar seu consentimento, excluindo a sua participação.

9. Após a conclusão, estará à disposição na Biblioteca do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, uma monografia contendo os resultados.

10. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, Taubaté/SP, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Portanto, preencha os itens que seguem:

Consentimento pós-informação

Eu, _____,
portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA E DESENVOLVIMENTO LOCAL” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura

São Félix do Xingu/PA, _____ de _____ de 2020.

Shelly Borges de Souza
Pesquisadora Responsável

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PÁ E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Pesquisador: SHELLY BORGES DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 32457820.5.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.075.646

Apresentação do Projeto:

Apresentação satisfatória

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a percepção de Qualidade de Vida dos munícipes com relação aos seguintes domínios: físico, psicológico, relações sociais e meioambiente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são mínimos; somente algum possível desconforto ao responder as perguntas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem comentários e/ou restrições.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos satisfatórios.

Recomendações:

Sem recomendações e/ou sugestões

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O trabalho é interessante e poderá contribuir para aprofundar os conhecimentos sobre o padrão de vida das pessoas da cidade estudada.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATÉ
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.075.646

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 05/08/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1529557.pdf	26/05/2020 15:34:50		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	26/05/2020 15:34:10	SHELLY BORGES DE SOUZA	Aceito
Outros	Termo.pdf	07/05/2020 10:34:23	SHELLY BORGES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/05/2020 10:14:39	SHELLY BORGES DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	07/05/2020 10:07:46	SHELLY BORGES DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 08 de Junho de 2020

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep@unitau.br